

O ENFOQUE MACROECONÔMICO: A RENDA NACIONAL E OUTROS AGREGADOS

A microeconomia refere-se à análise do comportamento individual das unidades econômicas: as famílias ou consumidores e as empresas. Até agora vimos estudando isso nos capítulos anteriores, junto com a instituição do mercado, onde operam os demandantes e ofertantes de bens e serviços.

Assim, quando analisamos as consequências de um aumento de preços sobre a demanda de automóveis, estamos levantando uma questão tipicamente microeconômica.

A macroeconomia, pelo contrário, estuda o comportamento global do sistema econômico; não se detém em reações individuais, mas pretende estudar a realidade econômica de forma global.

12.1 A MACROECONOMIA E A POLÍTICA MACROECONÔMICA

Como mostramos no Capítulo 1, a macroeconomia estuda o comportamento do sistema econômico por um número reduzido de variáveis, como a produção ou produto total de uma economia, o emprego, o investimento, o consumo, o nível geral de preços etc. Por exemplo, se o Ministério da Economia diz que a inflação se reduziu em relação ao ano anterior em 2% e que o número de empregados aumentou em 30.000 pessoas, está destacando que, em sua opinião, esses são os aspectos mais significativos da evolução global da economia.

- ***A macroeconomia busca a imagem que mostre o funcionamento da economia em seu conjunto. Seu propósito é obter uma visão simplificada do funcionamento da economia que, porém, permita ao mesmo tempo conhecer e atuar sobre o nível da atividade econômica de um determinado país ou de um conjunto de países.***

Com este capítulo iniciamos o estudo do enfoque *macro* da economia, que nos ocupará durante o resto do livro.

12.1.1 A POLÍTICA MACROECONÔMICA

A macroeconomia, para analisar o funcionamento da economia, centra-se no estudo de uma série de variáveis - chave que lhe permite estabelecer objetivos concretos e desenhar a política macroeconômica.

- ***A política macroeconômica é integrada pelo conjunto de medidas governamentais destinadas a influir sobre a marcha da economia no seu conjunto.***

Introdução a Economia

Os objetivos da política econômica são: a inflação, o desemprego e o crescimento.

A INFLAÇÃO

A macroeconomia ocupa-se das causas e dos custos para a sociedade do crescimento do nível geral de preços, isto é, da inflação bem como das possíveis soluções e consequências das políticas a serem tomadas.

O DESEMPREGO

A macroeconomia ocupa-se do motivo pelo qual o mercado de trabalho, às vezes, apresenta porcentagens muito elevadas de desemprego e estuda as possíveis medidas a serem tomadas para tentar reduzi-lo, uma vez que, além dos custos pessoais sobre os indivíduos afetados, o desemprego supõe um desperdício de recursos.

O CRESCIMENTO

A macroeconomia estuda as causas do crescimento da produção. Quando uma economia experimenta um crescimento notável, criam-se muitos empregos novos e o bem estar geral dos indivíduos cresce. O contrário ocorre quando a economia não cresce de forma suficiente, ou mesmo decresce (ver Capítulo 19).

Além dos três grandes objetivos citados, as autoridades econômicas também prestam uma especial atenção ao orçamento público e às contas com mercado externo. Em particular, no caso da economia brasileira, o déficit público, isto é, a diferença entre o gasto público e a receita pública, aparece como uma restrição que condiciona a política macroeconômica (ver Capítulo 14).

O saldo da balança comercial, isto é, a diferença entre as exportações realizadas para o resto do mundo e as importações procedentes do resto do mundo, preocupa os responsáveis pela política econômica. A macroeconomia analisa as causas e os efeitos dos déficits públicos e o saldo da balança comercial e as possíveis estratégias a seguir (ver Capítulo 18).

12.2 A CONTABILIDADE NACIONAL

O enfoque macroeconômico exige a definição e a medição de certos agregados que permitem obter uma visão global da economia. A medição da atividade econômica só foi possível graças à *contabilidade nacional*.

- **A *contabilidade nacional* define e relaciona os agregados econômicos e mede seu valor. Mediante a série de contas que integram a contabilidade nacional, obtém-se um registro das transações realizadas entre os diferentes setores que fazem a atividade econômica do país.**

12.2.1 O PRODUTO OU RENDA NACIONAL

Dentre os diferentes agregados que a contabilidade nacional mostra, o mais significativo é o produto ou renda nacional.

- **A renda nacional é o valor total de todos os bens e serviços fítiâis produzidos em um ano por uma economia, descontando-se todos os bens e ~ serviços intermediários utilizados para produzi-los.**

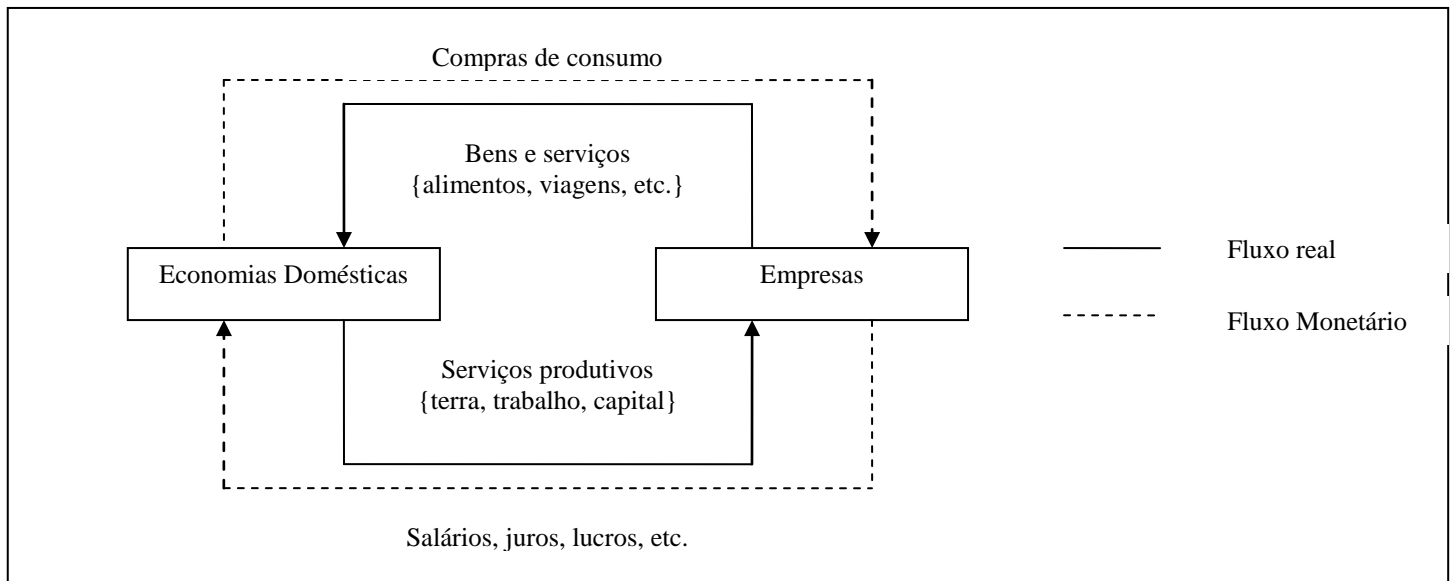
O produto nacional mede o funcionamento do conjunto da economia, e é um conceito indispensável para analisar problemas, tais como inflação ou crescimento econômico. De fato, quando queremos estudar a evolução global da economia de um país, analisamos o nível de produção total, período por período, uma vez que essa é a medida-chave da atividade econômica de um país.

12.2.2 A ORIGEM DO PRODUTO OU RENDA NACIONAL

Toda a economia está formada por muitas unidades independentes: milhões de famílias, milhões de empresas e numerosas entidades e órgãos públicos. As *unidades familiares* decidem quanto desejam comprar e trabalhar, enquanto as empresas decidem quanto produzir e vender e quantas pessoas vão contratar. Se omitirmos, por enquanto, o comportamento do setor público, resulta que as decisões conjuntas de todas as unidades familiares determinam o gasto total da economia, enquanto as decisões de todas as empresas determinam o nível total de produção da economia.

A interdependência existente entre as decisões individuais de gasto e produção foi considerada nos capítulos anteriores (ver Seção 9.1). Vamos nos aprofundar nela, estudando os níveis totais de gasto e produção. As unidades familiares são proprietárias dos fatores de produção - isto é, do trabalho, da terra e do capital - e os oferecem às empresas, que os utilizam para produzir bens e serviços. Em contraposição, pelo uso dos fatores de produção, as empresas pagam às unidades familiares certas quantias na forma de salários, lucros e rendas da terra. Essas quantias denominam-se *rendas*. As unidades familiares gastam essas rendas de bens e serviços produzidos e oferecidos pelas empresas. O Esquema 12.1 oferece uma descrição simplificada do tipo de transações que acontecem em uma economia. As simplificações mais relevantes são três:

- 1) Omitiu-se o setor público, que não é nem uma unidade familiar nem uma empresa, ainda que ele desempenhe um papel muito importante na economia. Na perspectiva por nós utilizada, o setor público só realiza gastos e estabelece impostos.
- 2) Não se considerou que todo o país mantém uma série de relações com os outros países que incidem no nível da atividade econômica.
- 3) Levaram-se em conta as vendas realizadas entre empresa e unidades familiares, e não as realizadas com outras empresas.



Esquema 12.1 O fluxo circular da renda,

Na metade superior mostra-se o gasto que as unidades familiares realizam com bens finais. O gasto total em um ano é uma medida de produto total. Na metade inferior refletem-se os serviços que os fatores de produção prestam às empresas: o uso que elas fazem do trabalho, da maquinaria e de outros fatores. Esse fluxo compensa-se pelas rendas pagas pelas empresas às famílias e mede o fluxo anual dos custos de produção. As duas medidas de produto total devem ser sempre idênticas.

12.2.3 O FLUXO CIRCULAR DA RENDA

O fluxo circular da renda é uma forma muito simples de se representar como se cria a renda nacional e como ela pode ser medida. Mostram-se as transações que acontecem entre os grupos de pessoas: os consumidores (unidades familiares) e os produtores (empresas).

- **O *fluxo circular da renda* é o conjunto dos pagamentos das empresas feitos às famílias em troca de trabalho e outros serviços produtivos e o fluxo de pagamentos das famílias às empresas em troca de bens e serviços.**

Da análise do Esquema 12.1, deduz-se que podemos calcular a renda nacional de duas formas diferentes: somando-se os gastos totais dos consumidores em bens e serviços finais, ou agregando-se o total de rendas pagas pelas empresas aos proprietários dos fatores de produção, que, em última instância, são as unidades familiares.

Em consequência, a renda ou o produto nacional pode ser medido por dois caminhos:

Mediante o gasto. Na metade superior do Esquema 12.1, mostram-se as compras ou os gastos de consumo que as famílias realizam com as empresas. Situações desse tipo são, por

exemplo, a compra de um carro ou a contratação de uma agência de viagens. A família dá dinheiro à empresa e essa, em troca, entrega o bem ou o serviço requerido.

Mediante a produção. Na metade inferior, mostram-se as receitas ou rendas que as famílias recebem pelos fatores produtivos, ou seja, o trabalho, a terra e o capital utilizados pelas empresas na produção. Representa situações como os salários que os trabalhadores recebem, os juros que os acionistas recebem etc. Essas remunerações, nas mãos das unidades familiares (as famílias), irão novamente, em forma de gasto, para as empresas, fechando-se assim o círculo.

Ambos os caminhos que correspondem à metade superior e inferior do esquema, respectivamente, são equivalentes e o resultado, portanto, deve ser o mesmo. O que se mede em ambos os casos é a renda que se criou em um país em determinado período de tempo, que pode ser um ano. Por isso podemos conhecer a renda nacional medindo-se o que gastam todos os consumidores de um país, ou tudo que as empresas produzem.

12.3 O PRODUTO NACIONAL: PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E PRODUTOS FINAIS

Aparentemente, o método mais direto para se determinar o valor total da produção de uma economia durante um período de tempo determinado seria localizar todas as empresas que produziram algo durante o ano, calcular o valor do que foi produzido e somar as cifras de todas as empresas. Esse método não pode ser utilizado da maneira indicada, pois contaríamos várias vezes algumas mercadorias. Isso acontece porque muitos produtos atravessam diferentes etapas no processo de produção, de forma que são vendidos várias vezes antes de chegarem nas mãos do consumidor final.

Por exemplo, suponhamos que uma fábrica de bicicletas compre raios metálicos para fazer rodas e também compre protetores de uma fábrica de pneus. Ao calcularmos o produto nacional, se usarmos o procedimento mostrado anteriormente, contaremos os raios e os protetores incorporados nas bicicletas duas vezes; primeiro dentro do produto total da fábrica de raios metálicos e de pneus, respectivamente, e na segunda vez, ao contabilizar as bicicletas vendidas aos consumidores.

Algo parecido ocorreria se, ao contabilizar-se o pão comprado pelos consumidores, se contabilizasse também a farinha utilizada para fazê-lo e que é feita pelo moinho, o que implicaria contabilizá-la duas vezes. Recordem que o produto nacional foi definido como a produção total de bens e serviços finais comprados pelas unidades familiares para serem consumidos, e por isso os bens intermediários devem ser excluídos.

- **Os bens intermediários são aqueles que sofreram alguma transformação, contudo eles ainda não alcançaram a etapa em que se transformaram em bens finais.**

Para evitar a dupla contagem, calcula-se o valor adicionado em cada etapa de produção, subtraindo-se do valor do produto da fase em questão os custos dos bens intermediários e materiais que não foram produzidos nesta fase, mas comprados de outras empresas e que, pois, já estarão incluídos nas contas das respectivas empresas.

12.3.1 PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E PRODUTOS FINAIS

O conceito de valor adicionado e a distinção entre produtos finais e intermediários são mostrados no Quadro 12.2, que ilustra o processo produtivo simples de só quatro etapas.

Introdução a Economia

- **Os bens finais** são os produzidos para uso final, e não para serem novamente vendidos ou para serem usados na produção de outros bens.

O primeiro passo na produção de um pão é quando o agricultor cultiva o trigo e obtém um preço de R\$ 0,05 pela quantidade necessária para produzir um pão. A segunda etapa consiste em moer o trigo para transformá-lo em farinha. O valor da farinha passa a ser de R\$ 0,15, o que supõe que o valor adicionado nessa fase é de R\$ 0,10. Na terceira fase a farinha transforma-se em pão no forno e o valor passa a ser de R\$ 0,25, o que faz supor que o valor adicionado nesta etapa é de R\$ 0,10.

- **O valor adicionado é o valor do produto de uma empresa menos o custo dos produtos intermediários comprados de seus provedores externos.**

Na última fase, o preço de venda do pão é de R\$ 0,36 e o valor adicionado é de R\$ 0,11. Como se pode observar (Quadro 12.1), o valor do produto final - os R\$ 0,36 do pão - é igual à soma do valor adicionado em cada uma das etapas. Esse valor final é o único necessário de ser levado em conta para se calcular o produto nacional. Não se deve somar o valor de todas as transações, isto é, as requeridas na primeira coluna, que totalizaram R\$ 0,71.

Quadro 12.1 O valor adicionado e os produtos intermediários e finais.

Às diferentes etapas de produção de um pão adiciona-se valor. Como pode ser observado no exemplo a seguir, a soma de todas as partes de valor adicionado na última coluna (3) é igual ao valor do produto total.

Etapas da produção	(1) Valor das Vendas R\$	(2) Custo dos produtos intermediários R\$	(3) Valor adicionado (1) – (2) = 3
<i>Bens intermediários</i>			
Trigo	0,05	0,00	0,05
Farinha	0,15	0,05	0,10
Pão (atacado)	0,25	0,15	0,10
<i>Bem final</i>			
Pão (varejo)	0,36	0,25	
TOTAL			0,36

12.3.2 O PRODUTO NACIONAL NOMINAL E REAL

No decorrer do tempo comprovamos que os mesmos bens - por exemplo, um café - têm um preço diferente e geralmente crescente à medida que o tempo passa. O bem real é o mesmo, porém sua valorização monetária - isto é, seu preço - pode ser diferente.

Quando queremos analisar de forma adequada a evolução da atividade econômica ao longo do tempo, devemos separar a influência dos preços sobre os valores dos agregados econômicos. Desse modo teremos grandezas em termos nominais ou reais correntes, quando não forem eliminados os efeitos do crescimento dos preços, ou grandezas em termos reais ou reais constantes, quando foram eliminados os mencionados efeitos (ver Apêndice do Capítulo 2).

- Os valores expressam-se em termos nominais (ou em reais correntes) quando não foram eliminados os efeitos do crescimento dos preços, ou em termos reais (ou reais constantes) quando foram eliminados esses efeitos.

O produto nacional em reais correntes será medido pelos preços existentes do ano em que se realizou a produção; já o produto nacional a preços constantes será medido nos preços existentes de um ano-base específico.

Dado que os preços dos diferentes bens variam em diferentes proporções, deve-se procurar estabelecer sua variação "geral". Para isso, recorre-se aos índices de preços. Os índices de preços, como se viu no Apêndice do Capítulo 2, são medidas ponderadas dos preços de cada período, nos quais cada bem ou serviço se valoriza de acordo com o seu peso ou importância no produto total. Esses índices são utilizados para "deflacionar" - isto é, para eliminar o efeito da variação dos preços nos valores correntes das macro magnitudes - ou, em outras palavras, para passar de valores correntes para valores reais.

No Quadro 12.2 na coluna (1) aparece o produto nacional da economia brasileira em reais correntes, isto é, em reais de cada ano. A coluna (2) contém um índice de preços, em particular, o denominado "deflator" do produto nacional, pois ele é utilizado para deflacionar o produto nacional, isto é, para separar o efeito dos preços e obter um conjunto de valores que permitam conhecer a evolução real do produto nacional. Na realidade, dividindo os valores da coluna (1) pelos valores da coluna (2) e multiplicando-os por 100, obteremos o produto nacional em termos reais ou em reais constantes (coluna 3).

12.4 OS PRINCIPAIS AGREGADOS DA CONTABILIDADE NACIONAL

Como vimos na seção anterior, o produto nacional pode ser medido via gasto e via produção. Desse ponto de vista, e tendo-se em conta que o setor público e os residentes em outros países também realizam gastos, o produto nacional está integrado pelos seguintes componentes (ver Esquemas 12.2, 12.3 e 12.4).

- Consumo privado (C).
- Consumo público (G).
- Investimento (I).
- Exportações Líquidas, isto é, exportações menos importações (NX).

Quadro 12.2 O produto nacional em termos nominais e reais.

Anos	(1) Produto nominal (R\$ corrente)	(2) Índice deflator 1994 = 100	(3) Produto constante em R\$ (1994)
1994	349.204.679.000	100,0	349.204.679.000
1995	646.191.517.000	177,6	363.949.038.000
1996	778.820.353.000	208,2	373.635.849.000
1997	870.743.004.000	225,7	385.865.845.000
1998	913.735.044.000	236,3	386.703.811.000
1999	960.857.736.000	246,5	389.769.682.000

Fonte: Banco Central do Brasil.

CONSUMO PRIVADO (C)

O consumo é o maior componente do produto nacional e o que apresenta o comportamento mais estável ao longo do tempo. Os gastos em consumo podem ser divididos em três categorias: *bens duráveis* (televisores, automóveis), *bens de consumo* (alimentos, roupas) e *serviços* (transportes, saneamento básico).

CONSUMO PÚBLICO (G)

O setor público oferece uma série de serviços à sociedade, tais como defesa, saúde, justiça, educação; e ainda constrói estradas, parques, etc. Tudo isso implica uma série de gastos que estão incluídos no produto nacional sob a conta de consumo ou gasto público. Deve-se dizer que os pagamentos de transferência (entendendo por transferência do Estado os pagamentos que este realiza a um indivíduo em troca dos quais não é prestado nenhum serviço corrente) não formam parte do gasto público. Assim, por exemplo, quando o setor público realiza pagamentos de transferência ao aposentados, ou a outros recebedores que nada produzem, este também não se incluem no produto nacional.

INVESTIMENTO (I)

Em toda a economia não somente se produzem bens e serviços para o consumo, mas também bens de capital que contribuem para a produção futura. O investimento privado inclui três categorias:

1. Investimento na planta e equipamento da empresa, isto é, a construção de fábricas, armazéns; a aquisição de maquinaria, etc.
2. Construção residencial, isto é, construção de habitações.
3. Variação nos estoques. Dessa forma, um aumento no estoque de automóveis representa algo que se produziu e, portanto, é incluído no cálculo do produto nacional.

Na contabilidade nacional brasileira as primeiras categorias de investimento eram englobadas sobre a rubrica de “Formação Bruta de Capital”, e a variação de estoques era apresentada separadamente. Contudo, a partir de 1985, a separação deixou de ser feita e a variação de estoques passou a ser incluída no Consumo Final das Famílias.

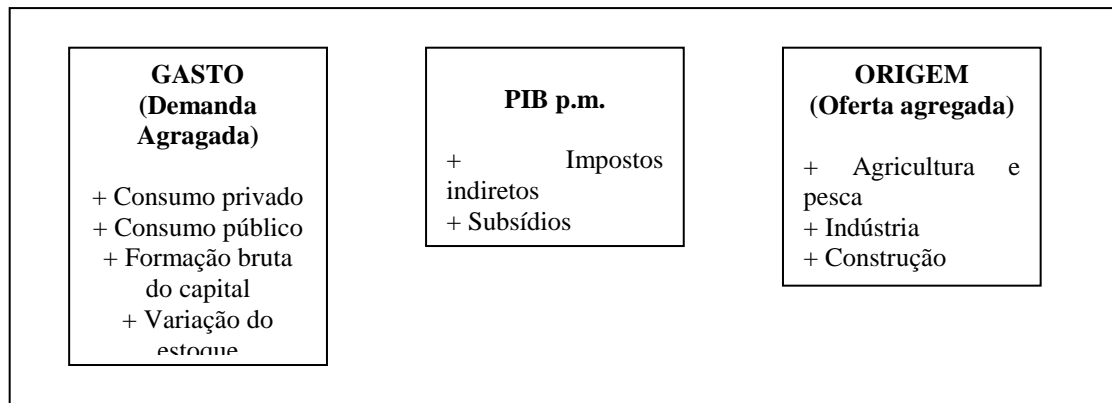
EXPORTAÇÕES LÍQUIDAS DE BENS E SERVIÇOS (NX)

Denominam-se **exportações** os bens e serviços que os países destinam ao exterior, isto é, os que são vendidos para fora do país. Por **importações** entende-se o processo inverso, os bens e serviços que um país compra do exterior.

As exportações líquidas resultam da diferença entre as exportações e as importações.

No Esquema 12.2 aparecem os diferentes conceitos que integram o produto nacional pelo lado do gasto. Deve dizer que o produto nacional inclui somente os bens e serviços produzidos durante o ano, por isso ele não inclui a compra de bens duráveis usados, tais como automóveis de segunda mão, pois estes já foram contabilizados no ano de fabricação. Todavia, são contados os consertos de automóveis, pois eles representam uma produção corrente.

Também não fazem parte do produto nacional as ações adquiridas pelos indivíduos ou pelas instituições no mercado de valores, pois não representam produção, mas somente transferência. Se uma sociedade emite ações para financiar a construção de uma fábrica, está é parte do produto nacional, pois foi produzida durante o ano corrente.



Esquema 12.2 Principais agregados da contabilidade nacional

12.5 ALGUMAS INTER-RELAÇÕES ENTRE MACROMAGNITUDES

Nesta última seção analisam-se as relações existentes entre o Produto Nacional Bruto e o Produto Nacional Líquido, bem como a mudança de produto nacional para produto interno.

12.5.1 O PRODUTO NACIONAL BRUTO (PNB) E O PRODUTO NACIONAL LÍQUIDO (PNL)

Se, ao se calcular o produto nacional, se contabilizar o valor total das fábricas e dos equipamentos produzidos durante o ano corrente, o produto nacional fica superestimado, pois as instalações e os equipamentos existentes deterioram-se ou se depreciam durante o ano, devido ao uso e à antiguidade. Por isso, uma vez calculado o valor total de todas as fábricas e do equipamento produzido durante o ano, é necessário reduzir da depreciação a quantia estimada. Em consequência, ao analisar o investimento, deve-se distinguir entre:

- Investimento bruto*: gastos em novas plantas e equipamentos mais a variação de estoques.
- Investimento líquido*: investimento bruto menos depreciação ou amortização.

Dependendo do tipo de investimento que é empregado, surgem duas definições de produto nacional:

Esquema 12.2 Principais agregados da contabilidade nacional

12.5 ALGUMAS INTER-RELAÇÕES ENTRE MACROMAGNITUDES

Nesta última seção analisam-se as relações existentes entre o Produto Nacional Bruto e o Produto Nacional Líquido, bem como a mudança de produto nacional para produto interno.

12.5.1 O PRODUTO NACIONAL BRUTO (PNB) E O PRODUTO NACIONAL LÍQUIDO (PNL)

Introdução a Economia

Se, ao se calcular o produto nacional, se contabilizar o valor total das fábricas e dos equipamentos produzidos durante o ano corrente, o produto nacional fica superestimado, pois as instalações e os equipamentos existentes deterioram-se ou se depreciam durante o ano, devido ao uso e à antiguidade. Por isso, uma vez calculado o valor total de todas as fábricas e do equipamento produzido durante o ano, é necessário reduzir da depreciação a quantia estimada. Em consequência, ao analisar o investimento, deve-se distinguir entre:

- a) *Investimento bruto*: gastos em novas plantas e equipamentos mais a variação de estoques.
- b) *Investimento líquido*: investimento bruto menos depreciação ou amortização.

Dependendo do tipo de investimento que é empregado, surgem duas definições de produto nacional:

Produto Nacional Bruto (PNB)	-	Gastos em consumo privado	+	Gasto público	+	Investimento bruto	+	Exportações líquidas
Produto Nacional Líquido (PNL)	-	Gastos em consumo privado	+	Gasto público	+	Investimento líquido	+	Exportações líquidas

Dessas definições deduz-se que, $PNL = PNB - \text{depreciação ou amortização}$. Das duas medições do produto nacional, o Produto Nacional Líquido (PNL) é a mais correta, pois ele leva em consideração o desgaste do equipamento e a maquinaria produzida durante o ano. Mas, dado que a depreciação é difícil de ser estimada, na prática, opta-se pelo cálculo do Produto Nacional Bruto (PNB), que só exige o cálculo do investimento bruto (o valor da nova planta, equipamento e estoques adquiridos pela empresa), sobre o qual se dispõe de informação confiável.

A RENDA NACIONAL DISPONÍVEL (RND)

A partir do Produto Nacional Bruto ou Renda Nacional (RN), obtém-se a Renda Nacional Disponível (RND) somando-se as transferências líquidas do resto do mundo.

Renda Nacional Disponível (RND)	=	Renda Nacional (RN)	-	Transferências líquidas do resto do mundo T.f.r.m.
---------------------------------	---	---------------------	---	--

12.5.2 DO PRODUTO NACIONAL AO PRODUTO INTERNO

O **Produto Interno Bruto** ao custo de fatores (PIB c.f.) é definido como o valor dos bens e serviços produzidos em uma economia durante um período de tempo determinado. A expressão custo de fatores indica que a valoração efetuada do produto nacional é realizada sem a inclusão dos impostos indiretos (os que não são suportados pelo produtor, mas transferidos à pessoa que compra o produto) e adicionando-se-lhe as subvenções concedidas pelo Estado às empresas. Isso quer dizer que os produtos são avaliados ao custo de produção. O termo interno faz referência à atividade produtiva desenvolvida dentro das fronteiras do país, independentemente da nacionalidade dos proprietários dos recursos empregados.

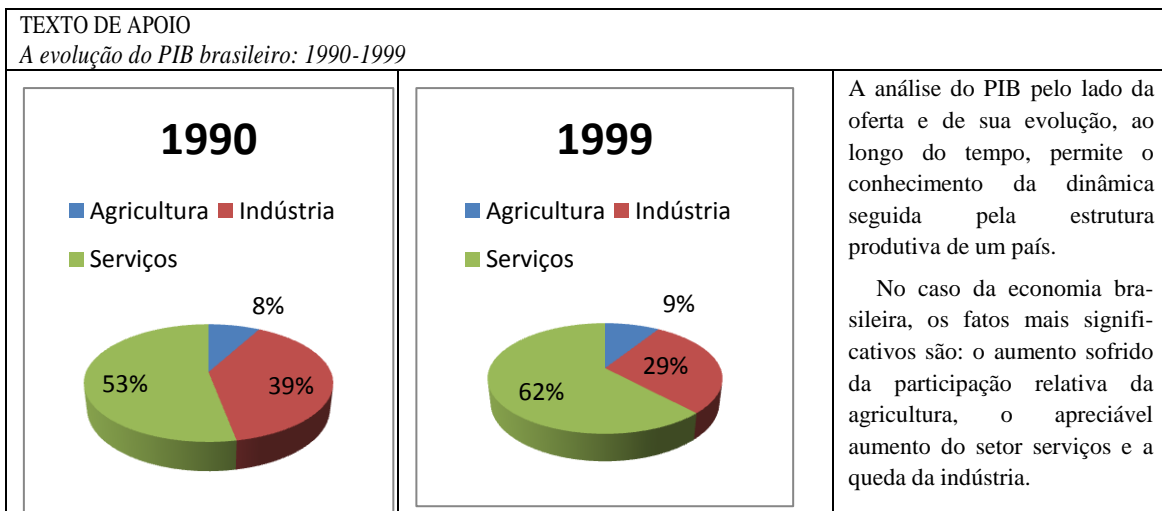
Assim, dado que no produto nacional se inclui unicamente a produção feita por pessoas físicas ou jurídicas que gozam da condição de residentes do país, para se obter o produto interno, somam-se as rendas obtidas pelos residentes estrangeiros no país (RRE) e se agregam as rendas que seus residentes obtêm no exterior (RRN). Analiticamente:

$$\text{PIB c.f.} = \text{PNB c.f.} + \text{RRE} - \text{RRN}$$

Se ao valor do PIB c.f. é acrescentado o valor dos impostos indiretos, T_i , e é subtraído o valor dos subsídios, Sub , obtém-se o Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB p.m.). Analiticamente:

$$\text{PIB p.m.} = \text{PIB c.f.} + T_i - Sub \sim$$

1. Um imposto é transferido quando o contribuinte inicial transfere parte ou a totalidade de um imposto a terceiros. Assim, uma empresa que é tributada pode aumentar o preço de seus produtos transferindo o imposto aos consumidores.



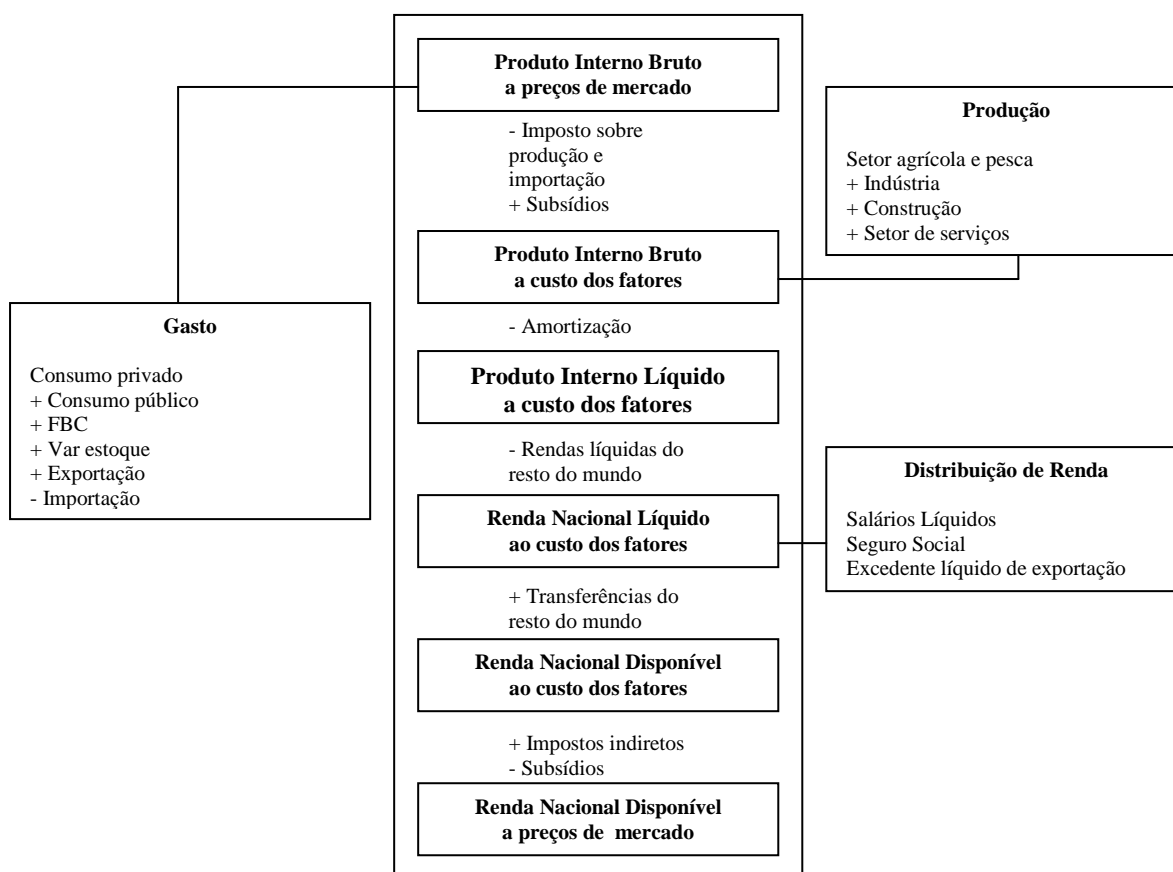
Introdução a Economia

O PRODUTO INTERNO POR SETORES E O EMPREGO DO PIS

Quanto à sua origem, o PIE é igual à soma dos valores adicionados dos diferentes setores produtivos (Esquema 12.2). De forma que o PIE, setorialmente, compõe-se dos setores agrícola, pesqueiro, industrial, e de serviços, devendo incluir os impostos ligados à importação e excluir a produção imputada aos serviços bancários, a fim de evitar-se a dupla contagem. Em relação a seu emprego (do ponto de vista do gasto), o PIE é distribuído em gastos de consumo (público e privado), de investimento (formação bruta de capital) e de intercâmbio com o exterior (exportação menos importação), e na variação de estoques, isto é, o valor dos bens e produtos finais não vendidos pelas empresas no período.

O PRODUTO INTERNO A PREÇO DE MERCADO E A CUSTO DE FATORES

Como se mostrou, a diferença entre o produto interno e o produto nacional baseia-se na adoção de um critério de residência ou nacionalidade para computar as rendas obtidas. O PNB mede o valor da produção realizada pelos fatores de produção nacionais, enquanto o PIE mede a produção dos residentes no Brasil.



Introdução a Economia

1. Consumo privado	31.258,9		
2. Consumo público	7.579,3		
3. Formação bruta de capital fixo	12.235,3		
4. Variação de estoques	659,4		
1 + 2 + 3 + 4 = 5. Demanda interna	51.732,9		
6. Exportações de bens e serviços	8.616,1		
7. Importações de bens e serviços	10.261,6		
6 - 7 = 8. Saldo Exterior Líquido	-1.645,5		
5 + 8 = 9. PIB a preços de mercado	50.087,4		
10. Impostos sobre produção e importação.....	5.286,4	10. Amortizações	5.476,6
11. Subsídios	1.208,1	11. PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A PREÇOS DE MERCADO.(9-10)	44.610,8
12. PIB A CUSTO DOS FATORES (9-10+11).....	46.009,1	12. Rendas ao resto do mundo	433,3
13. Amortizações	5.476,6	13. Transferências do resto do mundo ..	310,7
14. Rendas ao resto do mundo	433,3	14. REND A NACIONAL LÍQUIDA DISPONÍVEL A PREÇOS DE MERCADO (11-12+13)	44.488,2
15. REND A NACIONAL LÍQ. A CUSTO DOS FATORES (PNL c.f.) (12-13-14)	40.099,2		
+ Impostos			
- Subsídios			
+ Transferências do resto do mundo			

Esquema 12.4

Passo do PIB p.m. a renda nacional líquida.

APÊNDICE:

A MATRIZ INSUMO-PRODUTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A matriz insumo-produto idealizada por Wasily Leontief tem como característica uma dupla entrada que apresenta as interconexões entre os diferentes setores da economia de um país, por meio dos fluxos de bens e serviços avaliados em unidades monetárias).

Nas linhas aparecem as saídas de cada setor (produto) e na colunas, as entradas (insumo).

Observando-se as colunas da matriz, vemos os insumos de cada setor e, se olharmos para as linhas, vemos o destino da produção de cada setor. Os fluxos ordenam-se segundo dois critérios:

1. Segundo o setor ou natureza do produto.
2. Segundo as operações que dão lugar aos mencionados fluxos.

A partir da classificação anterior, chega-se à constituição da matriz.

Suponhamos uma economia com três setores produtivos, na qual cabe estabelecer as seguintes relações (Quadro 12.A.1):

Introdução a Economia

Quadro12.A.1 Demanda intermediária

Insumo Produto /	Primário	Secundário	Terciário	Total
Primário	14	27	2	43
Secundário	9	115	20	144
Terciário	2	21	23	46
Total	25	163	45	233

- O *setor primário* necessita para a sua produção de recursos que obtém da seguinte forma:

Do setor primário 14
Do setor secundário 9
Do setor terciário 2

- O *setor secundário* obtém os recursos, por sua vez, da seguinte forma:

Do setor primário 27
Do setor secundário 115
Do setor terciário 21

- O *setor terciário* os obtém:

Do setor primário 2
Do setor secundário 20
Do setor terciário 23

Na demanda intermediária, as fileiras representam o destino que um setor oferece a seus recursos, eles mostram o *produto* ou as saídas do setor. Por exemplo, o setor primário distribui sua produção da seguinte forma:

Setor primário 14
Setor secundário 27
Setor terciário 2

E as colunas representam os recursos de cada setor, isto é, de onde provêm os insumos produtivos que cada setor utiliza. Por exemplo, o setor primário obtém os insumos produtivos da seguinte forma:

Introdução a Economia

Setor primário	14
Setor secundário	9
Setor terciário	2

Dessa forma, cada cédula da demanda interna representa a vez do *produto* e do *insumo* do setor em relação ao setor de referência. Por exemplo, dois são os *insumos* que o setor terciário utiliza do primário, e por sua vez também representa a saída, ou o *produto*, do setor primário ao terciário.

Temos uma penúltima coluna que representa a demanda final pelos produtos dos três setores. Essa coluna indica que a demanda final do setor primário é 10, do setor secundário é 17 e do setor terciário é 19. A soma de cada linha fornece-nos o valor bruto da produção de cada setor.

Representamos a matriz insumo-produto desagregando-se a economia em três setores. Contudo, a desagregação pode ser em mais setores. Também é comum a elaboração de outras tabelas complementares.

MATRIZ INSUMO-PRODUTO BRASILEIRA

A primeira matriz insumo-produto da economia brasileira foi a de 1970. Sua versão final ficou pronta em 1980. Isso dá uma idéia das dificuldades de se elaborar uma matriz. O trabalho foi feito pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A economia brasileira foi desagregada em 132 setores.

APLICAÇÕES DA ANÁLISE INSUMO-PRODUTO

A matriz de insumo-produto tem uma grande variedade de importantes aplicações, tanto para conhecer a estrutura econômica de um país em um dado momento, como para estudar sua evolução temporal ou, inclusive, para utilizá-la com fins de previsão. Entre as aplicações mais relevantes destacam-se:

- Análises setoriais: onde se pode estudar a relação de cada setor com os demais e com o resto da economia nacional em seu conjunto. É possível, além disso, fazer análises detalhadas da estrutura de custos de um setor, assim como o emprego de sua produção.
- Estudo do conteúdo direto e indireto das importações de cada setor e os produtos finais.
- Análises de preços e as repercussões de uma variação real de preços e salários.
- Análise das relações intersetoriais previstas pela demanda dos setores finais.

Introdução a Economia

RESUMO

- ↪ A macroeconomia estuda o comportamento global do sistema econômico por meio de um número reduzido de variáveis. Esse enfoque exige a medição de certos agregados e isso se realiza graças à **contabilidade nacional**. O agregado mais significativo é o produto total, que mede o valor de todos os bens e serviços finais produzidos em um ano por uma economia. O produto nacional pode ser obtido somando-se o gasto total de todos os consumidores em bens e serviços ou agregando-se o total de rendas pagas pelas empresas aos proprietários dos fatores de produção.
- ↪ Ainda que aparentemente o método mais direto para se determinar o valor total da produção de uma economia seria somar o valor produzido pelas diferentes empresas, esse método não pode ser utilizado, pois contaríamos várias vezes algumas mercadorias. Isso acontece porque muitos produtos atravessam várias etapas no processo de produção. Para evitar a dupla contagem, calcula-se o valor adicionado em cada fase da produção subtraindo-se do valor do produto produzido nessa fase os custos dos materiais e dos bens intermediários que não foram produzidos nessa fase, mas comprados de outras empresas.
- ↪ O produto nacional em reais correntes mede-se a preços existentes quando se realiza a produção, enquanto que o produto nacional a preços constantes mede-se a preços existentes no ano base.
- ↪ O **Produto Nacional Bruto (PNB)** define-se como a soma das seguintes partes: consumo privado, consumo público, investimento bruto e exportações líquidas. O produto nacional líquido inclui as mesmas partes citadas acima, porém se subtrai do investimento bruto a depreciação ou amortização.
- ↪ A relação entre PNB a preços de mercado (PNB p.m.) e o PNB a custo de fatores (PNB c.f.) é a seguinte:
$$\text{PNB p.m.} - T_i + \text{Sub} = \text{PNB c.f.}$$
 onde T_i = impostos ligados à produção e importação (ou impostos indiretos), e Sub = subvenções.
- ↪ A diferença entre produto “interno” e o produto “nacional” está no fato de que enquanto no **produto interno** avalia-se toda a produção de bens e serviços finais realizada no interior do país, no **produto nacional** inclui-se só a produção feita por pessoas físicas ou jurídicas que gozam da condição de residentes no país. Para isso, subtraem-se as rendas obtidas pelos residentes estrangeiros no país (RRE) e se somam as rendas que seus residentes obtêm no exterior (RRN). Analiticamente:
$$\text{PNB c.f.} = \text{PIB c.f.} - \text{RRE} + \text{RRN}$$

CONCEITOS BÁSICOS

- Microeconomia
- Macroeconomia
- Contabilidade Nacional
- Produto ou renda nacional
- Produto final
- Valor adicionado

- Produto intermediário
- Grandeza real
- Grandeza nominal
- Consumo privado
- Investimento
- Consumo público

- Gasto público
- Formação bruta de capital
- Variação de estoques
- Exportações
- Importações
- Produto Nacional Bruto

- Produto Nacional Líquido
- Investimento bruto
- Investimento líquido
- Produto Interno Bruto
- Renda disponível
- Distribuição de renda
- Tabelas insumo-produto

QUESTÕES

1. Distinguir entre o enfoque macroeconômico e o microeconômico.
2. O que se entende por contabilidade nacional?
3. Analisar a dupla dimensão do produto nacional utilizando o fluxo circular da renda.
4. Qual é o problema da dupla contagem e como evitá-lo?
5. Distinguir os conceitos de produtos intermediários e produtos finais.
6. Analisar o papel dos preços como variáveis-ponte entre as grandezas reais e nominais.
7. Quais são os componentes do produto nacional, segundo o enfoque do gasto?
8. Distinguir os conceitos de investimento bruto e investimento líquido.
9. Como se passa do produto interno para o produto nacional?
10. Definir o conceito de renda disponível.
11. Qual a diferença entre Produto Nacional Líquido e Produto Nacional Bruto?
12. O que se deve adicionar à renda nacional para obter a renda nacional disponível?
13. Que tipo de relações existem na matriz insumo-produto?
14. O que representa uma cédula dentro da matriz de insumo-produto?
15. Quais são as principais aplicações da matriz insumo-produto?

O EMPREGO E A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NACIONAL

As diferenças acusadas nas rendas dos indivíduos têm sua origem em fatos como o funcionamento do mercado de trabalho e a distribuição da riqueza. Normalmente, os governos procuram evitar que essas diferenças sejam muito acentuadas.

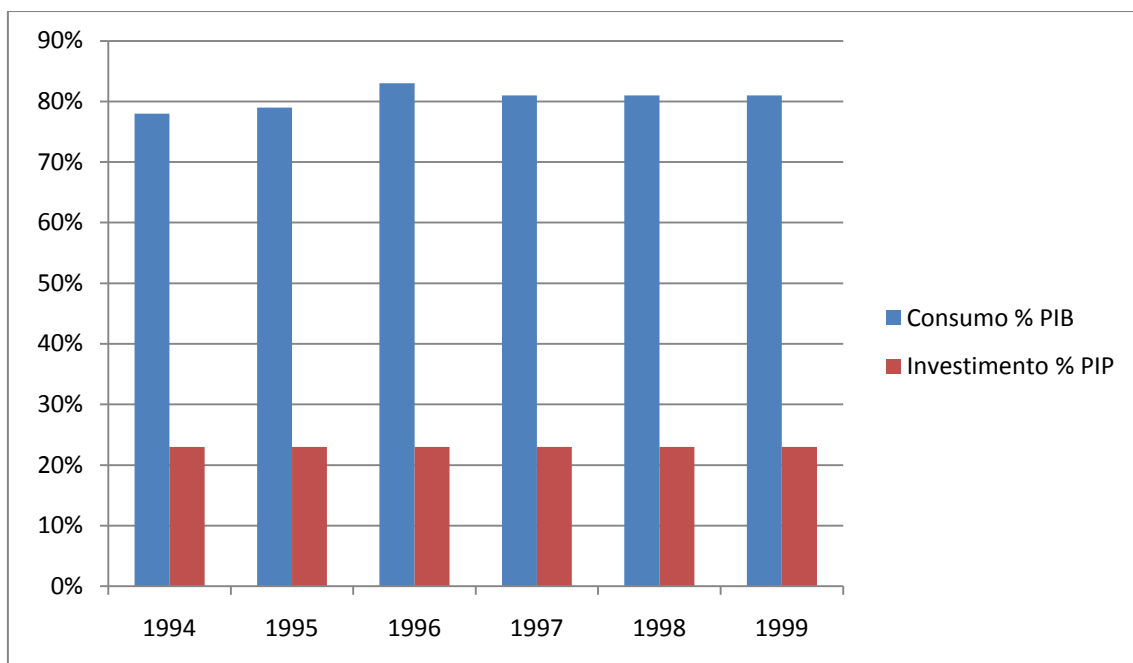
13.1 O CONSUMO E O INVESTIMENTO

Dentre os diferentes componentes que integram o produto ou renda nacional pelo lado do gasto, iremos nos concentrar nesse assunto, no estudo dos gastos de consumo e dos gastos de investimento (Figura 13.1). Nos capítulos posteriores, ao se analisar o comportamento do setor público e do setor externo da economia, serão estudados o gasto público e as exportações.

Na economia simplificada que estamos estudando neste capítulo, que não leva em conta nem o estado nem o resto do mundo, os dois integrantes do gasto são os bens de consumo que as famílias demandam e os investimentos que as empresas demandam.

$\text{Gasto ou demanda agregada} = \text{Demanda de consumo} + \text{Demanda de investimento}$

A demanda agregada refere-se ao nível de gasto global da economia.



Fonte: BACEN.

Figura 13.1 Evolução do investimento e consumo no Brasil (% do PIB).

13.1.1 A RENDA NACIONAL, O CONSUMO E A POUPANÇA

As receitas que as famílias recebem, isto é, o total da renda nacional em uma economia simples, sem comércio com o exterior e sem setor público, têm dois destinos possíveis: o consumo no período ou a poupança, que possibilitará o consumo futuro.

Os indivíduos podem poupar por diversas razões, que podem ser: aumentar ou manter o patrimônio familiar, deixar uma herança aos sucessores, constituir um fundo para a aposentadoria. Mesmo assim, os indivíduos podem poupar para cobrir gastos significativos com relação à renda familiar, como a compra de uma casa ou para fazer frente a possíveis contingências.

13.1.2 OS DETERMINANTES DO CONSUMO E DA POUPANÇA

O consumo e a poupança de uma família estão fortemente condicionados por sua renda. Quanto maior for a renda da família, maior será o percentual de renda destinado à poupança. As famílias de baixa renda são obrigadas a destinar a maior parte de sua renda ao consumo de necessidades básicas e dificilmente podem poupar. Além disso, as famílias de renda média e baixa vêm-se induzidas a consumir pelo efeito "demonstração", que as impulsiona a imitar o estilo de vida dos indivíduos com nível de vida mais elevado, e isso constitui um obstáculo para a poupança.

De qualquer modo, pode-se dizer que as famílias tomam suas decisões em função de sua renda disponível.

- ***A renda disponível é a renda com a qual os indivíduos contam, depois de pagarem os impostos e receberem os subsídios.***

O Estado, portanto, pode provocar um aumento ou uma diminuição do consumo por meio de uma alteração dos impostos. Por outro lado, e dando maior precisão à relação entre consumo, poupança e renda, cabe dizer que, ao decidir a quantia anual de seu consumo, uma família não só leva em consideração as receitas obtidas durante um determinado ano, mas sobretudo as que considera como "permanentes" após analisar uma série de anos. Normalmente, uma família que tem sua renda reduzida durante determinado ano esperará que ela aumente antes de alterar seu comportamento de consumo.

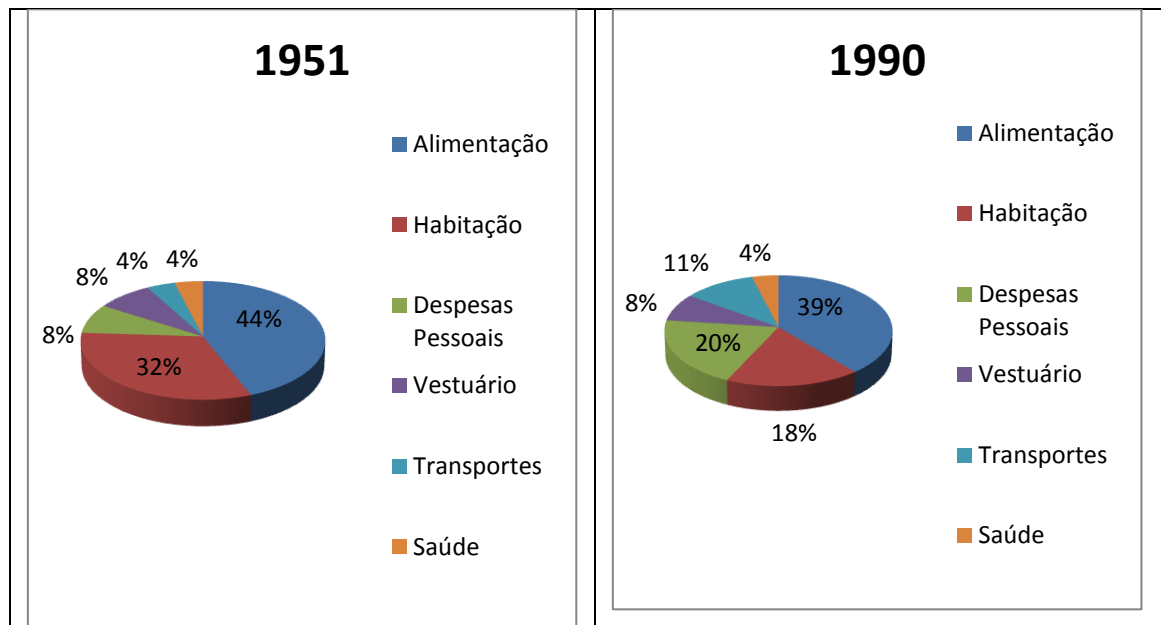
13.1.3 O CONSUMO E A POUPANÇA AGREGADOS

Como mostramos, o primeiro determinante do consumo e da poupança é a renda do país. No nível agregado, outro fator que influi de forma determinante sobre o nível de consumo é a distribuição de renda entre os indivíduos.

Introdução a Economia

TEXTO DE APOIO

Composição percentual do consumo privado na cidade de São Paulo .•



Fonte: FIPE USP.

(*) Como pode ser observado, durante as últimas décadas, ocorreu uma profunda mudança na estrutura de consumo da cidade de São Paulo. Basta dizer que a porcentagem do gasto com habitação passou de 32%, em 1951, a 18% em 1990.

Por outro lado, estudos comparativos dos orçamentos das famílias com diferentes níveis de renda mostram que estas dividem sua renda entre poupança e consumo em diferentes bens e serviços, segundo padrões bastante estáveis ao longo do tempo, e que, portanto, a relação entre consumo e renda também é estável, como pode ser observado no Quadro 13.1.

- **A propensão ao consumo é a relação entre o consumo agregado das economias domésticas e a renda nacional.**

Quadro 13.1 Propensões médias ao consumo e à poupança.

	Propensão média a consumir'	Propensão média a poupar''
1994	78,5%	21,5%
1995	80,3%	19,7%
1996	82,0%	18,0%
1997	82,3%	17,4%
1998	82,7%	16,7%
1999	83,5%	16,5%

(') Propensão média a consumir = $\frac{\text{Consumo nacional}}{\text{Renda nacional bruta disponível a p.m.}} \times 100.$

(**) Propensão média a poupar = $\frac{\text{Poupança}}{\text{Renda nacional bruta disponível a p.m.}} \times 100.$

13.1.4 A DEMANDA DE INVESTIMENTO

Ao contrário do que ocorre com o consumo, o investimento é difícil de se estudar e extremamente variável.

As flutuações que sofrem as economias devem-se, em grande parte, à instabilidade do investimento, daí a importância de seu estudo. Uma primeira dificuldade deriva de que o investimento e a poupança são realizados por pessoas diferentes e por razões diferentes. Em uma economia mista, como a que estamos estudando, as poupanças são realizadas pelas economias domésticas e são feitas sem se levarem em conta as possibilidades de investimento das empresas.

O investimento vê-se condicionado por um conjunto de variáveis, entre as quais cabem destacar as seguintes (Esquema 13.1):

- As expectativas empresariais sobre o futuro da atividade econômica.
- A taxa de juros.
- O nível da capacidade instalada usada pelas empresas.

- As **expectativas empresariais sobre o futuro da atividade econômica:**

Os empresários têm expectativas em relação à economia e tomam suas decisões de investimentos condicionadas pelas mesmas.

- A taxa de juros:

O preço de pedir emprestado, isto é, a taxa de juros, condiciona as decisões do investimento. O empresário só investirá quando o rendimento esperado do investimento superar a taxa de juros ou o custo do dinheiro.

- O nível da capacidade instalada utilizada pelas empresas:

A capacidade de uma empresa são as instalações produtivas com as quais ela conta. Quando estas não são completamente utilizadas, a empresa terá um excesso de capacidade e não se motivará a fazer novos investimentos.

Esquema 13.1 O investimento: fatores explicativos.

A relação entre a taxa de juros e o investimento já foi analisada na Seção 9.4, e voltaremos a ela quando falarmos sobre o financiamento da economia no Capítulo 15. Por enquanto, basta dizer que existe uma relação funcional entre a taxa de juros e o investimento, a "sensibilidade" do investimento diante de variações na taxa de juros é um tema relativamente controvertido entre os economistas. Muitos fatores incidem sobre a decisão de investimento e é difícil "isolar" o efeito da taxa de juros.

13.2 A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Quando se analisou o funcionamento da economia de mercado no Capítulo 3, vimos como os mercados de fatores estão conectados com os mercados de bens e serviços. Dada uma distribuição da riqueza, as receitas ou renda de cada uma das economias domésticas dependerão das quantidades de recursos que possuem, da fração destes que se vendem no mercado e que preço alcançam. É preciso, não obstante, distinguir entre a distribuição de renda e a distribuição de riqueza.

- A **riqueza** de um país é o conjunto de ativos físicos, propriedade das economias domésticas. A **renda** de um país em um período determinado é o produto da utilização de recursos produtivos durante esse período.

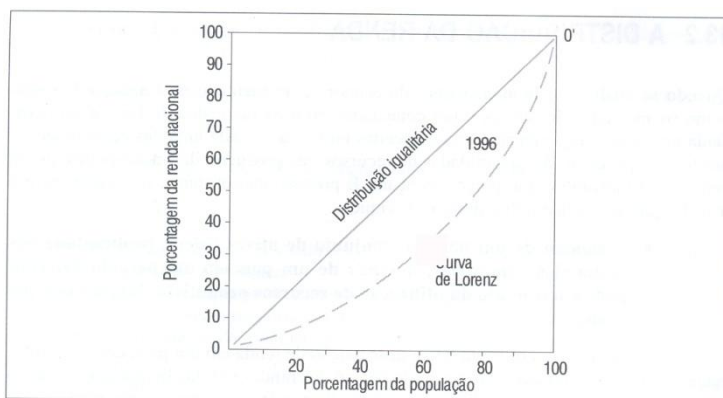
Deve-se levar em conta que a distribuição de renda em um país, dentre os diferentes agentes econômicos, é o resultado não só das rendas obtidas livremente por meio de fatores produtivos, mas também ela será condicionada pela ação do setor público mediante o estabelecimento de impostos e subsídios.

13.2.1 A MEDIÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

A renda nacional gerada em um país é distribuída por meio dos mercados de fatores aos indivíduos e às famílias que o integram. A distribuição resultante será mais ou menos igualitária, segundo a repartição da propriedade dos fatores produtivos e também segundo o sistema de preços ou retribuições vigentes no país em questão.

Para se refletir intuitivamente sobre a desigualdade, usa-se a análise gráfica e em particular a *curva de Lorenz*; assim chamada em homenagem ao estatístico norteamericano que a elaborou em 1905. Essa curva serve para mostrar a relação que existe entre os grupos da população e suas respectivas participações na renda nacional.

A diagonal $00'$ que aparece na Figura 13.2 representa uma distribuição igualitária na qual cada porcentagem de famílias recebe uma porcentagem igual de renda no ano correspondente. Em particular, a curva de Lorenz de 1996 para a economia brasileira mostra que, por exemplo, os 20% das famílias de mais baixa renda recebem só 2,5% da renda total (Figura 13.2).



Fonte: Banco Mundial.

Figura 13.2 Curva de Lorenz para a economia brasileira para 1989.

Quanto mais afastada está a curva de Lorenz da diagonal, maior será a desigualdade da distribuição da renda nacional. Em outras palavras, quanto maior for a área de desigualdade (zona compreendida entre a linha de distribuição equitativa e a curva de Lorenz), maiores serão as diferenças de renda no país em questão.

13.2.2 A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA

De um ponto de vista macroeconômico, não só interessa estudar como se distribui a renda entre os indivíduos, mas também a distribuição entre o trabalho e o capital.

- A *distribuição funcional da renda* reflete-se na sua repartição entre os fatores de produção, fundamentalmente o trabalho e o capital.

Tal como indicamos, a parte da renda que corresponde ao trabalho e a que se destina a retribuir o capital depende da proporção desses fatores utilizada na produção, e da relação entre os preços dos mencionados fatores.

13.3 A POLÍTICA DISTRIBUTIVA E SEUS INSTRUMENTOS

Como já foi citado, é freqüente a intervenção do Estado procurando diminuir as diferenças exageradas de renda.

- **A política distributiva compreende um conjunto de medidas cujo objetivo principal é modificar a redistribuição da renda entre os indivíduos ou os grupos sociais.**

Os instrumentos de que dispõe a política de distribuição da renda são, fundamentalmente:

1. O sistema tributário.
2. Os gastos de transferência, entre os quais cabem ser destacados os que correspondem ao seguro-desemprego e os subsídios associados à política educacional.
3. Aquelas medidas que implicam intervenção direta no mecanismo de mercado.

13.3.1 O SISTEMA TRIBUTÁRIO

O sistema tributário é o instrumento quantitativamente mais relevante dentro da política distributiva.

- **Os impostos são uma imposição do Estado a indivíduos, unidades familiares e empresas, para que paguem uma certa quantidade de dinheiro em relação a determinados atos econômicos, por exemplo: ao realizar o consumo de um bem, ao obter receitas pelo trabalho ou ao gerar lucros nas empresas.**

Uma descrição dos diferentes tipos de impostos aparece no Esquema 13.2. Os impostos podem modificar a distribuição de renda se o que os indivíduos pagam ao Estado não guardar a mesma proporção com a estrutura da distribuição de renda, ou se o Estado devolve os impostos mediante transferências ou serviços numa proporção diferente da que os indivíduos contribuíram com seus impostos (Esquema 13.2 e Quadro 13.2).

1- Incidência sobre os indivíduos ou sobre os bens e serviços.	<ul style="list-style-type: none">• Impostos diretos. Incidem sobre o contribuinte e não sobre os bens. O exemplo mais característico é o Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF).• Impostos indiretos. São os que incidem no momento de compras dos bens e serviços; portanto, afetam o contribuinte indiretamente. Um exemplo típico é o ICMS.
2- Atendendo a proporção em que os impostos recaem sobre diferentes rendas (veja Quadro 13.2).	<ul style="list-style-type: none">• Impostos regressivos. Um imposto é regressivo se a percentagem extraída for cada vez menor à medida que a renda aumenta.• Impostos progressivos. Um imposto é progressivo quando seu percentual se eleva à medida que aumenta a renda.• Impostos proporcionais. Um imposto é proporcional quando seu percentual for constante em relação à renda.

Esquema 13.2 Tipos de impostos.

Quadro 13.2 Incidência dos diferentes tipos de impostos. conforme aumenta a renda.

RENDAnUAL DE UMA FAMÍLIA (R\$)	TIPO DE IMPOSTO (Porcentagem da renda a		
	Progressivo	Regressivo	Proporcional
10.000,00	20	20	20
20.000,00	25	15	20

13.3.2 OS GASTOS DE TRANSFERÊNCIA

Geralmente, os impostos têm como objetivo primordial conseguir recursos financeiros para o setor público e, subsidiariamente, modificar a distribuição da renda. As transferências buscam garantir uma base mínima do nível de vida para todos os indivíduos e dar uma igualdade primária na distribuição de renda. O seguro-desemprego e as pensões para aposentados garantem uma base mínima a pessoas que, de outra forma, não poderiam obter tais rendas.

- **As transferências são as provisões que se realizam sem a provisão correspondente de bens e serviços por parte do receptor.**

13.3.3 INTERVENÇÃO DIRETA NO MECANISMO DE MERCADO

O terceiro tipo de atividade redistributiva é o que se baseia na intervenção no funcionamento do mercado. Essas medidas atuam no processo de formação de receitas, isto é, sobre as forças da demanda e oferta de mão-de-obra e sobre outros fatores da produção, tais como o capital. Exemplos conhecidos desse tipo de política são a imposição de salários mínimos, a limitação dos dividendos e dos aluguéis e os controles sobre os preços geralmente de artigos de primeira necessidade. Outro exemplo característico é o congelamento temporário de preços.

Em termos gerais, cabe destacar que, se as políticas não se baseiam numa análise minuciosa do funcionamento dos mercados em questão, elas podem quebrar o equilíbrio do mercado ou, quem sabe, inclusive ir contra os interesses coletivos (ou ao menos sobre parte deles) daqueles a quem as autoridades desejam ajudar (Figura 13.2). Assim, por exemplo, o estabelecimento de um salário mínimo diminui a quantidade demandada por trabalho, de forma que o coletivo dos trabalhadores sai ganhando enquanto estão empregados, mas saem perdendo ao serem despedidos. De maneira similar, o estabelecimento de um valor máximo para os aluguéis reduz o número de casas oferecidas para alugar. Desse modo, ganham os que conseguem uma casa para alugar, pois eles obtêm um preço inferior ao que seria fixado pelo mercado, porém perdem os que não conseguem ter seu imóvel alugado.

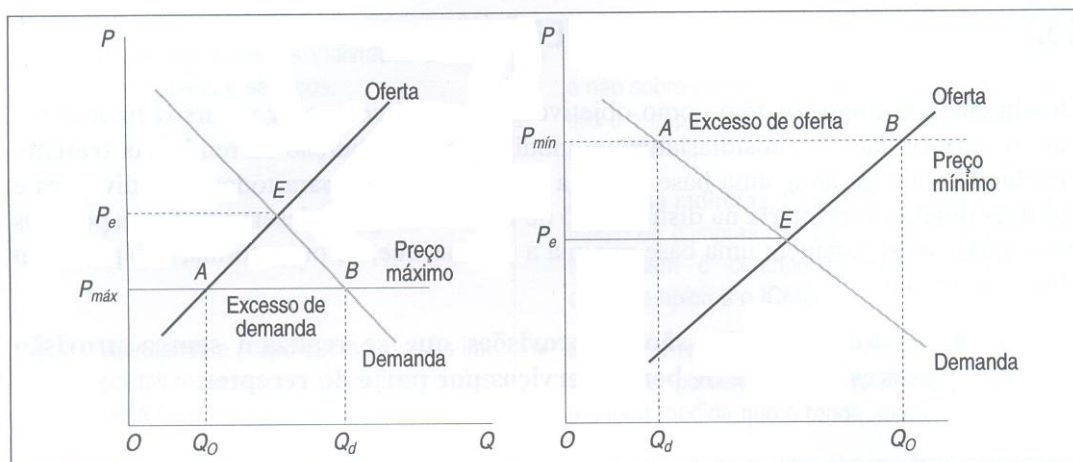


Figura 13.3 Preços máximos e preços mínimos.

A fixação de um preço máximo no mercado não permite ao vendedor cobrar outro maior do que este, e a quantidade demandada superará a oferecida.

O excesso de demanda implica a necessidade de se racionar a quantidade existente de alguma forma.

A fixação de um preço mínimo (o caso típico seria o salário mínimo) supõe que o demandante terá de pagar um preço maior do que o de equilíbrio, o que originará um excesso de oferta e o aparecimento de um excedente.

Resumo

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">• O consumo, em macroeconomia, refere-se ao gasto total realizado pelos indivíduos ou pela nação em bens de consumo num período determinado. A poupança é a diferença entre a renda disponível e os gastos em consumo. | <ul style="list-style-type: none">• A distribuição funcional da renda refere-se à repartição da renda entre os fatores de produção, fundamentalmente o trabalho e o capital. A distribuição da renda de um país entre os diferentes agentes econômicos é o resultado das |
|---|--|

Introdução a Economia

<ul style="list-style-type: none"> Em macroeconomia, o investimento adota três formas: em construções de novas instalações e equipamentos para as empresas, em construção de novas casas residenciais, e no aumento de estoques. A soma dos gastos de consumo e dos gastos de investimento constituem a demand agregada. 	<p>rendas livremente obtidas pelos diferentes fatores e da ação do setor público por meio da política distributiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> Os instrumentos de que a política distributiva dispõe são: os impostos, os gastos de transferência e a intervenção direta no mecanismo de mercado.
Conceitos básicos	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Consumo. ✓ Poupança. ✓ Investimento. ✓ Renda permanente. ✓ Gasto ou demanda agregada. ✓ Expectativas empresariais. ✓ Distribuição funcional da renda. ✓ Transferências. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Curva de Lorenz. ✓ Política distributiva. ✓ Impostos. ✓ Impostos diretos. ✓ Impostos regressivos. ✓ Impostos progressivos. ✓ Impostos proporcionais.
Questões	
<ol style="list-style-type: none"> De que variável dependem fundamentalmente os gastos em consumo de um país? E o nível de poupança? Por que razões os indivíduos poupam? Quais são os três motivos que explicam os níveis de poupança de uma economia? Justificar cada um deles. Em que sentido pode-se dizer que se poupa o que não se gasta? Quais são os supostos simplificadores de que a demanda, ou gasto agregado, só está integrada pelos gastos de consumo e gastos de investimento? Que fatores são os determinantes do nível de investimento de uma economia? Comente cada um deles. O que se entende por distribuição funcional da renda? 	<ol style="list-style-type: none"> Análise a seguinte afirmação: "A distribuição da renda é resultante do livre jogo de mercado e não se deve alterá-la". O que se entende por política distributiva? Que instrumentos da política distributiva são considerados fundamentais? Em que sentido as transferências são um pagamento sem contrapartida? Segundo o seu ponto de vista, como deveriam ser os impostos progressivos, regressivos ou proporcionais? Tendo como referência o que foi analisado ao se estudar o estabelecimento de um salário mínimo, analise a seguinte proposição: "As intervenções diretas no mecanismo de mercado freqüentemente acabam prejudicando a quem se queria beneficiar".
NOTA SOBRE O PENSAMENTO ECONÔMICO A escola clássica	
<p>o período de vigência clássica pode situar-se entre 1776, ano em que se publica <i>A Riqueza das Nações</i>, de Adam Smith, e 1871 (ver Capítulo 4), quando aparecem as obras clássicas dos marginalistas W. Stanley Jevons e Carl Menger (ver Capítulo 8). Entre os precursores da escola clássica cabe destacar os fisiocratas (ver Capítulo (2)).</p> <p>A doutrina clássica identificou-se freqüentemente com o liberalismo econômico. Os elementos essenciais da escola clássica são a liberdade pessoal, a propriedade privada, a iniciativa individual e o controle individual da empresa.</p> <p>Os riscos fundamentais do pensamento clássico podem ser resumidos nos seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> A norma básica da doutrina clássica foi o <i>laissez faire</i> (deixa fazer). O melhor governo é o que intervém menos. O mercado livre e competitivo determina a produção, os preços e a distribuição de 	<p>renda. Os clássicos consideravam que a economia se auto-regulava e tendia para a utilização de todos os recursos sem a necessidade de intervenção de poderes públicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Os clássicos, com exceção de Ricardo (ver Capítulo 17), destacavam a existência de uma harmonia de interesses. Cada indivíduo, ao procurar alcançar os próprios interesses, servia aos interesses <i>mais</i> elevados da sociedade. A escola clássica exaltava os homens de negócio, pois esses eram os que realizavam a acumulação de capital, isto é, o investimento, e propiciavam o crescimento econômico. Os clássicos confiavam na concorrência como mecanismo regulador da economia. Ante os desperdícios e corrupção dos governos, eles defendiam a primazia do setor privado sobre o setor público.

A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA: A POLÍTICA FISCAL

Mesmo que a intervenção do Estado na economia não seja algo recente, é um fato que vem se intensificando muito neste século. Seus objetivos finais podem ser o progresso econômico e social do país, sendo freqüente que a intervenção ocorra em variáveis tais como o nível de emprego e a inflação.

Os instrumentos mais importantes que o setor público emprega para intervir na economia são: os gastos públicos, os impostos e a regulamentação da atividade econômica.

14.1 A INTERVENÇÃO DO ESTADO E SEUS OBJETIVOS

Ao longo da história, a intensidade da intervenção do Estado na economia tem variado, alternando-se épocas de liberalismo com outras de maior intervenção. Essa situação muda a partir da crise de 1929. Neste ano iniciou a Grande Depressão e, na maioria dos países ocidentais, aconteceu uma enorme recessão, caracterizada por um grande aumento no desemprego e na quebra de muitas empresas.

Em vários países, o medo de novas recessões levou-os a aumentar de forma apreciável a intervenção do Estado na atividade econômica.

Nesse processo, influiu de maneira importante a obra de J. M. Keynes, *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e do Dinheiro*. Keynes propunha uma atitude ativa por parte dos governos diante das crises econômicas, defendendo o aumento do gasto, e em particular do gasto público, como uma forma de se combater a depressão econômica. De qualquer modo, as idéias intervencionistas têm sido criticadas pelos monetaristas (Esquema 14.1).

SIM À INTERVENÇÃO	NÃO À INTERVENÇÃO
OS keynesianos	Os monetaristas'
<ul style="list-style-type: none">• Os keynesianos são os seguidores da teoria elaborada por J. M. Keynes (1833-1946).• Não aceitam a tese de que a economia tende livremente ao pleno emprego dos recursos produtivos.• Recomendam a intervenção do Estado mediante as políticas monetária e fiscal, especialmente esta última, com o objetivo de estabilizar a economia.	<ul style="list-style-type: none">• A corrente monetarista surgiu na Universidade de Chicago (EUA) e, em particular, com a obra de Friedman (1912).• Confiam no livre jogo das forças do mercado como instrumento para situar a economia próxima ao pleno emprego.• A intervenção do Estado deve-se reduzir ao mínimo possível: na essência, controlar apenas o volume de dinheiro.

Esquema **14.1** O debate sobre a intervenção do Estado na economia.

(*) Os monetaristas são os seguidores das idéias dos economistas clássicos (ver "Nota sobre o Pensamento Econômico", do Capítulo (3).

14.1.1 AS FUNÇÕES E OS OBJETIVOS DO SETOR PÚBLICO

Atualmente, correspondem a entidades vinculadas ao setor público tanto as funções básicas na programação econômica como o papel dominante nas atividades de caráter social. Paralelamente, produziu-se um aumento paulatino dos poderes atribuídos ao setor público para que ele estabeleça normas de caráter econômico. Em muitos países, o setor público tem atuado como promotor direto de grandes empresas industriais e se responsabilizado igualmente pela criação de organizações financeiras importantes.

As principais funções do setor público são as seguintes (Esquema 14.2):

- Fiscalizadora;
- Reguladora;
- Provedora de bens;
- Redistributiva; e
- Estabilizadora.

• Fiscalizadora	Estabelecer e cobrar impostos.
• Reguladora	Regular a atividade econômica mediante leis e disposições administrativas. Assim é freqüente estabelecer controle de preços a algumas industrias, regular os monopólios e proteger os consumidores em relação a publicidade, saúde, contaminação etc.
• Provedora de bens e serviços	Mediante as empresas públicas, isto é, as empresas de propriedade do Estado, facilitar o acesso a bens e serviços públicos (defesa, transporte, educação), produzir bens de consumo ou produção (automóveis, água, energia). Assim, o Estado pode pagar pensões e seguros sociais e promover o investimento em setores atrasados
• Redistributiva	Modificar a distribuição da renda ou da riqueza entre as pessoas, regiões ou grupos, procurando torná-la mais igualitária. Para isso, utiliza normas (por exemplo, leis de salário mínimo) e também receitas e gastos públicos.
• Estabilizadora	Controlar os grandes agregados econômicos, evitando excessivas flutuações e procurando diminuir os efeitos das quedas da atividade produtiva (ver Figura 14.1).

Esquema 14.2 As funções do setor público.

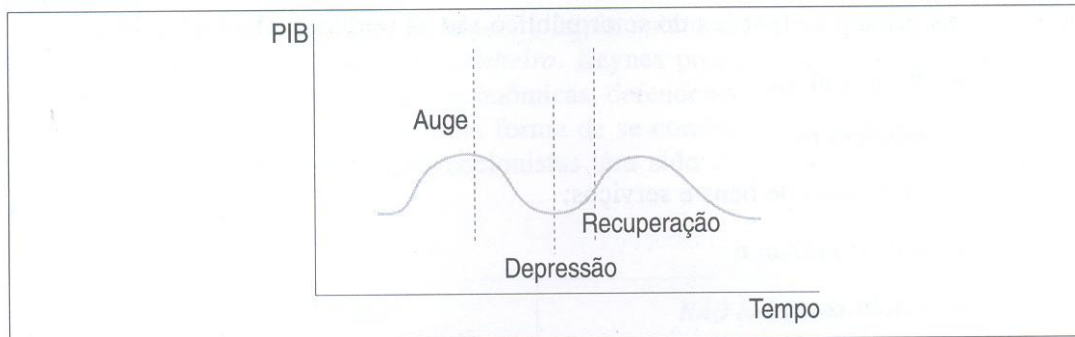


Figura 14.1 As flutuações ou ciclos econômicos.

As flutuações ou ciclos econômicos podem ser considerados uma sucessão periódica de fases ascendentes e descendentes, aproximadamente simétricas. Os elementos *comuns* que se encontram nas diferentes fases do ciclo são:

- **Depressão** (ponto mínimo do ciclo), Recuperação (fase ascendente do ciclo).
- **Auge** (ponto máximo do ciclo), e Recessão (fase descendente do ciclo).

14.1.2 OBJETIVOS DO SETOR PÚBLICO

Os governos, intervindo na economia, perseguem objetivos de caráter geral, tal como o progresso econômico e social do país.

Para conseguir esses objetivos, os governos buscam objetivos econômicos que, como vimos no Capítulo 12 ao estudarmos a política macroeconômica, se realizam nos seguintes pontos:

- Maior nível possível de emprego.
- A estabilidade de preços.
- O crescimento econômico.

A longo prazo, o Estado também persegue outros objetivos, por exemplo uma distribuição de renda equitativa (ver Capítulo 13) e o equilíbrio dos intercâmbios comerciais com o resto do mundo (ver Capítulo 17).

14.2 OS INSTRUMENTOS DO SETOR PÚBLICO: A POLÍTICA FISCAL

O governo, para alcançar os objetivos a que se propõe, utiliza a política econômica. Esta geralmente é feita mediante os instrumentos que a política fiscal e a política monetária oferecem. A política monetária ocupa-se principalmente em controlar a quantidade de dinheiro e a taxa de juros.

Neste capítulo trataremos somente da política fiscal, deixando a política monetária para o Capítulo 16.

14.2.1 A POLÍTICA FISCAL

Integram a política fiscal os programas de governo relacionados com a compra de bens e serviços, o gasto de transferências e a quantidade e o tipo de impostos.

- As decisões do governo que se referem ao gasto público e aos impostos constituem a *política fiscal*.

AS RECEITAS PÚBLICAS

As receitas públicas são as receitas do Estado obtidas basicamente por meio dos impostos.

- Os *impostos* são as receitas públicas criadas por lei e de cumprimento obrigatório para os sujeitos contemplados por ela.

O mesmo ocorre com o gasto público, o governo pode atuar sobre a economia utilizando os impostos. Se o nível de atividade econômica é relativamente baixo e existe um volume considerável de desemprego, o governo pode reduzir os impostos com o objetivo de impulsionar a demanda de consumo. Inversamente, se a demanda agregada está superior à capacidade produtiva do país, uma estratégia possível é elevar os impostos.

14.2.2 O ORÇAMENTO DO SETOR PÚBLICO

As receitas e os gastos do setor público compõem o orçamento.

- **O orçamento do setor público é uma descrição de seus planos de gasto e financiamento.**

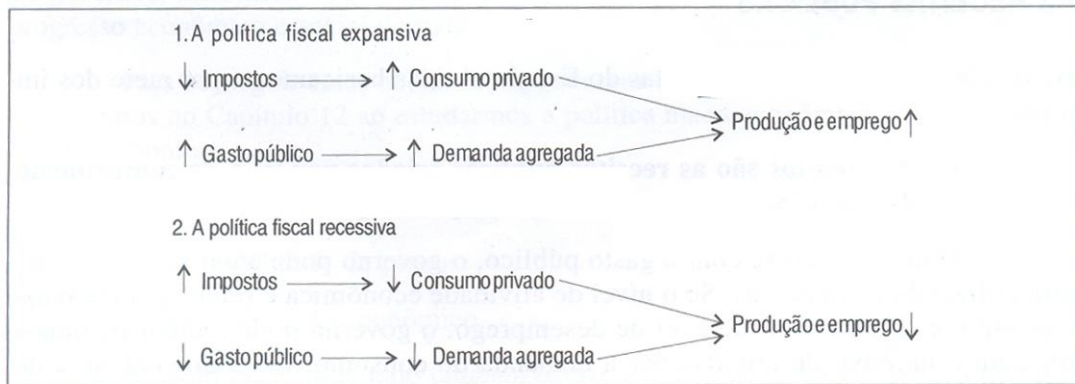
As atitudes do setor público em relação aos gastos públicos e aos impostos estão espelhadas no orçamento. O orçamento do setor público pode ser definido da forma esquemática que se segue:

$\text{Orçamento do setor público} = \text{Receitas públicas} - \text{Gastos públicos}$

Se as receitas públicas superam os gastos públicos, haverá um **superávit orçamentário**. Pelo contrário, haverá um **déficit orçamentário** quando as receitas públicas forem menores que os gastos públicos. O **orçamento** estará **equilibrado** quando a receita pública for igual ao gasto público.

Introdução a Economia

Logicamente, as medidas expansionistas (aumento do gasto público ou redução de impostos) tenderão a criar déficit no orçamento, enquanto as políticas restritivas atuarão no sentido contrário (Esquema 14.3).



Esquema 14.3 A política fiscal em ação'.

(*) Em uma economia com setor público, os componentes da demanda agregada são: consumo privado, investimento e gasto público.

14.3 O CARÁTER "AUTOMÁTICO" DA POLÍTICA FISCAL

A visão da política fiscal como um instrumento estabilizador da atividade econômica pode dar a idéia de que ela só ajuda a controlar a economia se se adotarem políticas discricionárias. São discricionárias porque dependem da decisão, ou arbítrio, dos condutores da política fiscal.

- **As políticas fiscais discricionárias são as que exigem medidas explícitas.**
As mais significativas são: 1) os programas de obras públicas e outros gastos; 2) os projetos públicos de emprego; 3) os programas de transferências; e 4) a alteração dos tipos de impostos.

Ainda que as políticas fiscais discricionárias sejam importantes, o sistema impositivo tem alguns efeitos automáticos sobre a evolução da atividade econômica, isto é, sobre as depressões e expansões, que convém analisar.

- Uma *depressão* é um período prolongado de baixa atividade econômica e elevado desemprego.

14.3.1 OS IMPOSTOS COMO ESTABILIZADORES AUTOMÁTICOS

No mundo real os impostos podem variar com o produto nacional. De fato, é bastante freqüente que os impostos sejam de natureza proporcional, isto é, que produzam receitas que supõem uma determinada porcentagem do produto nacional.

Quando os impostos são proporcionais, isso resulta numa alteração automática da forma de arrecadação, aumentando à medida que se aumenta o produto nacional. O aumento dos impostos à medida que se aumenta o produto nacional reduzirá a força de expansão e ocorrerá o contrário, dando lugar à recessão. Portanto, os impostos proporcionais cumprem o papel de um "estabilizador automático" da atividade econômica.

- Um *estabilizador automático* é qualquer ação do sistema econômico que tende a reduzir mecanicamente as forças da recessão e/ou da expansão da demanda, sem que sejam necessárias medidas discricionárias de política econômica.

TEXTO DE APOIO

A regulamentação da atividade econômica

o comportamento das atividades empresariais sofre influências significativas dos programas de regularização da atividade econômica. As agências de regulamentação do Estado são ativas em muitas áreas do processo econômico, estabelecendo controle de preços para algumas indústrias, regulando os monopólios e procurando proteger o consumidor em relação à publicidade, saúde, contaminação etc. Ainda que, em algumas áreas, a regulamentação seja algo discutível, em outras ocasiões, os resultados finais não são os esperados e o remédio, portanto, pode ser pior que a doença. Às vezes, os problemas derivam das fortes pressões políticas que os responsáveis pela regulamentação sofrem, por parte das indústrias reguladas. Nessas circunstâncias, não é de se estranhar que sejam implementadas regulamentações de interesse particular em vez de normas de interesse geral.

As empresas públicas

Como já foi apontado, existe uma sene de bens que o Estado pode oferecer de uma maneira melhor que os particulares. Assim acontece com a defesa, o seguro social e diversos tipos de serviços monopolizados. A crescente atividade empresarial do Estado, que produz os denominados bens públicos,

deve-se ao fato de a sociedade vir encomendando ao Estado cada vez mais parcelas de bem-estar público, à medida que aumenta o nível de desenvolvimento e se geram novas necessidades. Em outras ocasiões, a atividade gerada pelo setor público deve-se ao interesse em controlar certos setores, ou pelo menos de tomar parte neles.

No Brasil, é da gestão do Estado a defesa, a previdência social, a saúde pública, a educação, a infra-estrutura e o controle total, ou parcial, de um conjunto de empresas em setores-chave, tais como a siderurgia, a petroquímica, a eletricidade etc. É preciso destacar que, mesmo que a participação do Estado no setor produtivo tenha se iniciado sob o "princípio do subsídio", isto é, seu objetivo era participar de setores e atividades nos quais a iniciativa privada não tinha interesse, com certa frequência o Estado comprou empresas para evitar seu fechamento. Nos últimos anos, iniciou-se um processo muito tímido de reestruturação e saneamento das empresas estatais, em parte apoiado numa série de privatizações. O processo começou em 1979 com a criação da SEST no governo do presidente J. B. Figueiredo. Contudo, os resultados apresentados até agora têm sido muito inexpressivos quando comparados com os resultados obtidos em outras partes do mundo.

14.3.2 OUTROS ESTABILIZADORES AUTOMÁTICOS

Durante as fases de recessão, o desemprego aumenta e com ele os subsídios aos desempregados, enquanto, nos anos de forte crescimento, ao reduzir-se o desemprego, esses pagamentos diminuem, aumentando paralelamente os fundos de arrecadação do Seguro Social em forma de quotas, tanto dos trabalhadores, como das empresas. Dessa forma, o seguro-desemprego exerce uma pressão estabilizadora, contribuindo para a redução da demanda quando ela é excessiva, ou colaborando para manter o nível de consumo, se a atividade está descendente.

Outros programas assistenciais, tais como as pensões para os aposentados, também mostram um comportamento anticíclico, atuando, portanto, como estabilizadores automáticos.

- Os *ciclos econômicos* são as **flutuações da atividade econômica global, caracterizadas pela expansão ou pela contração simultânea da produção na maioria dos setores.**

De qualquer modo, deve-se dizer que nem todos os estabilizadores originam-se pela atuação do setor público. As poupanças das sociedades anônimas e das famílias também podem cumprir um papel estabilizador. O mesmo pode ser dito das sociedades que pagam dividendos estáveis, mesmo quando seus benefícios variam a curto prazo, e também do comportamento das famílias, ao procurarem manter um nível de vida dependente não só da renda de cada ano, mas também da renda média ou "permanente".

Ainda que o papel desempenhado pelos estabilizadores automáticos seja importante, por si sós eles não são suficientes para estabilizar a atividade econômica. Os estabilizadores automáticos reduzem parte da flutuação na economia, porém não a eliminam completamente.

14.4 LIMITAÇÕES NO EMPREGO DE POLÍTICAS FISCAIS DISCRICIONÁRIAS

Como já foi dito, apesar de existirem estabilizadores automáticos, flutuações na atividade econômica continuam ocorrendo. Analisemos as principais políticas discricionárias empregadas e as limitações que apresentam.

- Os programas de obras públicas e outros gastos.
- Os projetos públicos de emprego.
- Os programas de transferências.
- A alteração dos impostos.

14.4.1 OS PROGRAMAS DE OBRAS PÚBLICAS E OUTROS GASTOS

Historicamente, os programas de obras públicas se constituíram na forma mais freqüente de se enfrentar as depressões. Os projetos de investimento público tinham como objetivo fundamental dar trabalho aos desempregados, porém em muitas ocasiões o estudo prévio era insuficiente e, em outras, estas obras eram de escassa utilidade pública, já que se concebiam basicamente para criar emprego e não como instrumento de luta anticíclica.

A evidência demonstrou que se necessita muito tempo para, por exemplo, fazer funcionar um hospital ou construir uma estrada. Assim, antes de iniciar qualquer obra pública é necessário chegar a um consenso político sobre que projetos são prioritários. Uma vez estudados quais serão realizados, necessita-se de anteprojetos para estudar a viabilidade do investimento. Posteriormente, iniciar os atos legais para expropriar e comprar os terrenos e, na fase seguinte, começar a construção das novas estruturas e estradas.

A prática demonstra que, como média, desde que se começa a considerar a possibilidade de se fazer um projeto até que de fato se comece a gastar dinheiro nele, pode transcorrer um mínimo de três anos. De modo que, se houver recessão, e esta tem uma duração de um ano e meio ou dois anos, e posteriormente é seguida de outros anos de retomada do crescimento, os projetos de obras planejados para combater a recessão começam na realidade a exercer seus efeitos expansivos sobre a demanda agregada quando a economia já superou a recessão e está em fase de retomada, contribuindo assim para acelerá-la.

O anterior não deve ser entendido como um ataque aos programas de obras públicas.

Estes são necessários, pois para uma economia se desenvolver precisa de infra-estruturas, e estas devem ser realizadas a cargo do orçamento público. O que é mais duvidoso é a conveniência de que os programas de obras públicas se realizem com o objetivo de estabilizar a atividade econômica a curto prazo.

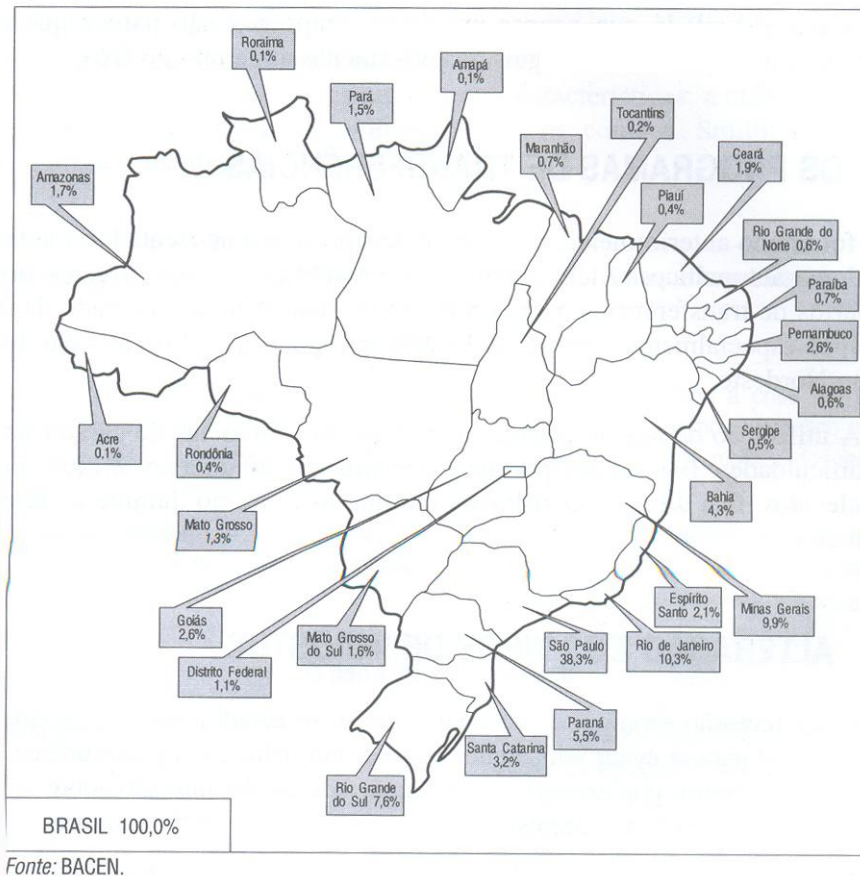


Figura 14.2 Arrecadação do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços _ por Unidade da Federação (para 1991 em % de participação).

14.4.2 PROJETOS PÚBLICOS DE EMPREGO

Os projetos públicos de emprego podem ser patrocinados pela administração pública (nacional, estadual ou municipal) ou por organismos autônomos. Seu objetivo é contratar trabalhadores durante períodos curtos de tempo. Esses projetos evitam um dos principais inconvenientes dos programas de obras públicas, já que podem ser iniciados e abandonados rapidamente.

As limitações desse tipo de atuação é que geralmente ela tem apenas uma importância secundária. Além disso, a mudança de um tipo de trabalho para outro de forma regular é difícil, já que ocupar um destes empregos não parece que aumenta muito as possibilidades de se conseguir posteriormente um emprego fixo.

14.4.3 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS

Tal como foi citado anteriormente, o seguro-desemprego e a aposentadoria atuam como estabilizadores automáticos. Além desses, o setor público oferece diversos programas discricionários de transferências para certos grupos marginais do mercado de trabalho, isto é, grupos especialmente afetados pelo desemprego, como é o caso das frentes de trabalho no Nordeste.

A utilização desses programas sociais de transferências de caráter anticíclico enfrenta dificuldades. Isso ocorre porque ela é uma via de uma só direção, pois, uma vez estabelecidos, fica difícil reduzi-los ou eliminá-los, mesmo durante as fases de expansão do ciclo.

14.4.4 ALTERAÇÃO DOS TIPOS DE IMPOSTOS

Diante de uma recessão econômica, especialmente se se acredita em sua brevidade, outra estratégia possível para se evitar seus efeitos consiste em reduzir temporariamente alguns tipos de impostos. Assim, por exemplo, se há uma redução no imposto sobre a renda das pessoas físicas, isso impedirá o decréscimo da renda disponível e do consumo.

Uma das vantagens desse instrumento de política anticíclica é que, quando se modificam os impostos, sua redução difunde-se de forma rápida sobre toda a população, estimulando o gasto.

A experiência demonstra que a modificação anticíclica dos impostos apresenta sérios inconvenientes. Com frequência, por exemplo, transcorre um tempo excessivamente longo entre a decisão de o Ministério da Fazenda propor uma mudança nos impostos e o Congresso aprová-la. Outra limitação desse tipo de política anticíclica deriva do fato de que, uma vez retomado o crescimento da economia, é difícil e impopular elevar os impostos.

14.5 REFLEXÕES FINAIS SOBRE A POLÍTICA FISCAL

Em vista do que foi falado em relação às possibilidades e limitações da política fiscal, não é difícil entender que, na atualidade, elas tenham um papel secundário nas políticas estabilizadoras. Na maioria dos países é, como veremos no capítulo seguinte, a política monetária a que tem um papel mais importante nessa área. No Esquema 14.4 mostram-se em relação à política fiscal as duas posturas mais características: a clássica, isto é, a que tem sua origem no trabalho dos economistas clássicos, como A. *Smith*; e a que segue as diretrizes contidas na obra de J. M. Keynes.

Enfoque clássico * ou monetarista	Enfoque keynesiano
Suposições iniciais	
<ul style="list-style-type: none">• As economias tem mecanismo autocorretores que eliminam os desajustes e tornam desnecessária a intervenção estabilizadora estatal.• A economias tendem, a longo prazo, a manter o pleno emprego dos recursos produtivos.	<ul style="list-style-type: none">• Tal como evidenciou a crise de 1929, não existe um mecanismo automático que leve a economia ao pleno emprego dos recursos.• Os preços e salários não são tão flexíveis como defendiam os clássicos. A rigidez à baixa dos salários, especialmente, dificulta os ajustes.
O papel do setor público.	

Introdução a Economia

<ul style="list-style-type: none">• Limitar gasto público• O orçamento público deve-se manter equilibrado anualmente.	<ul style="list-style-type: none">• Diante de uma recessão motivada por uma demanda agregada insuficiente, o setor público deve investir, manipulando os gastos e os impostos.• O orçamento deve-se equilibrar ciclicamente. Durante as recessões, pode-se incorrer em déficits temporais.
--	---

(*) O termo "clássico", ainda que haja referência a que sua origem se encontra nos economistas clássicos, emprega-se, geralmente, em um sentido mais amplo, abrangendo também aqueles economistas posteriores aos clássicos, que por essência defendem suas idéias, tais como os monetaristas.

Esquema 14.4 Dois enfoques a respeito da política fiscal.

De um ponto de vista clássico, a economia tem mecanismos autocorretores que eliminam os desajustes e tomam desnecessária a intervenção do setor público. A curto prazo podem aparecer flutuações na atividade econômica, porém no longo prazo a economia tende ao pleno emprego dos recursos produtivos.

Para os economistas clássicos, o gasto deveria limitar-se o máximo possível, e o orçamento teria de se manter equilibrado anualmente.

Para Keynes e seus seguidores, tal como ficou patente na crise de 1929, não existe um mecanismo automático que faça a economia tender ao pleno emprego dos recursos. Além disso, os preços e os salários não são tão flexíveis como defendiam os clássicos. Especialmente os salários são rígidos para baixo, de modo que os ajustes não acontecem da maneira prevista pelos clássicos (ver p. 214).

Levando-se em conta essas circunstâncias, e diante de uma recessão motivada por uma demanda agregada insuficiente, o setor público deve intervir manipulando os gastos e os impostos. Para combater as flutuações, defende-se o argumento de que o orçamento deve equilibrar-se ciclicamente de modo que, durante as recessões, se possa incorrer em déficits temporais.

14.5.1 O DÉFICIT E SEU FINANCIAMENTO

À margem das diferentes medidas de política fiscal, ao longo do atual século, na maioria dos países, o setor público aumentou sua participação na atividade econômica, o que o fez incorrer em custosos déficits; o que implica necessidades crescentes de financiamento. Para atender a essas necessidades, pode-se contar com três procedimentos:

- impostos;
- criação de dinheiro; e
- emissão de dívida pública.

Ainda que os impostos apareçam como uma forma natural de se financiarem os gastos públicos, eles apresentam uma série de limitações, já que, quando existe déficit, eles são insuficientes para atender aos gastos. Além disso, durante uma recessão não se podem aumentar os impostos, pois ela se agravaria.

O possível procedimento para tentar enfrentar o déficit público consiste na criação de dinheiro. Dado que o setor público, por meio do Banco Central do Brasil (BACEN), é o responsável pela emissão de dinheiro, seria possível pensar que basta recorrer a este procedimento para atender às necessidades de financiamento do déficit. Como veremos no

Introdução a Economia

Capítulo 16, isso implica pôr em prática uma política monetária expansiva, que pode ter efeitos contraproducentes sobre a economia. Entre outros aspectos, isso implicaria aumentar a pressão inflacionária e a perda do valor do dinheiro.

Uma terceira possibilidade para financiar os gastos públicos consiste em emitir dívida pública, isto é, o Estado pôr à venda títulos de renda fixa (Letras do Tesouro Nacional), por exemplo. Essa iniciativa também tem implicações monetárias, dado que os fundos financeiros não são ilimitados e que a emissão da dívida pública pode reduzir as possibilidades do financiamento da iniciativa privada, assim como contribuir para aumentar a taxa de juros. Este fenômeno é chamado efeito "deslocamento" da atividade econômica privada para o setor público.

- **O efeito deslocamento ou expulsão segundo a hipótese de que o gasto público, o déficit orçamentário ou a dívida do Estado reduzem a quantidade de investimento das empresas.**

Resumo

- A crise de 1929 evidenciou que as economias podem ficar durante longos períodos de tempo numa posição muito aquém do pleno emprego dos fatores produtivos. Os efeitos devastadores da crise de 1929 influenciaram de maneira notável a obra de Keynes e, com ela, o nascimento da macroeconomia moderna.
- As **funções** fundamentais do **setor público** podem ser agrupadas segundo as seguintes categorias: fiscais, reguladoras, provedoras de bens e serviços, distributivas e estabilizadoras. O aumento dos gastos públicos é um reflexo do protagonismo crescente do setor público. Nas últimas décadas, os gastos que mais aumentaram foram os gastos com transferência.
- Os **impostos**, segundo sua relação com a renda, podem ser *progressivos*, *regressivos* e *proporcionais*. Eles também podem ser classificados em *diretos* e *indiretos*.
- Os responsáveis pela política econômica podem manipular a demanda agregada mediante alterações no gasto público e nos impostos. A **política fiscal** será *expansiva* se aumentar o gasto público ou se reduzir os impostos. Será *expansiva* se diminuir os gastos públicos e aumentar os impostos. A política fiscal espelha-se no **orçamento** do setor público. Este se define como a diferença entre a receita e os gastos públicos.
- A política fiscal não só é feita mediante ações discricionárias - isto é, medidas explícitas - mas também por uma série de mecanismos que atuam de forma automática, contribuindo para estabilizar a atividade econômica. Os impostos (dado que são de natureza proporcional ou progressiva) são o exemplo mais representativo de estabilizador automático, já que ao alterar-se a renda varia-se a quantidade arrecadada de forma automática. O seguro-desemprego também atua como um estabilizador automático, uma vez que aumenta em épocas de depressão e se reduz nas fases de recuperação.
- Apesar da existência de estabilizadores automáticos, as flutuações persistem, tornando viável a intervenção do setor público. As políticas que são postas em prática mais freqüentemente são: os programas de obras públicas e outros gastos, os projetos públicos de emprego, os programas de transferências e as alterações dos tipos de impostos.

Essas dificuldades motivaram ataques às políticas que implicam uma maior intervenção do setor público na atividade econômica.

Introdução a Economia

Conceitos básicos	
<ul style="list-style-type: none">• Depressão.• Ciclo econômico.• Gasto de transferência.• Impostos: progressivos, regressivos e proporcionais.• Impostos diretos e indiretos.• Demanda agregada.	<ul style="list-style-type: none">• Política fiscal.• Orçamento.• Déficit e superávit públicos.• Estabilizadores automáticos.• Política discricionária.• Pleno emprego.

Questões	
<ol style="list-style-type: none">1. Quais foram os efeitos mais destacados da Grande Depressão?2. Quais fatos contribuíram para agravar os efeitos negativos da Grande Depressão?3. Quais são as funções fundamentais do setor público?4. O que se entende por ciclo econômico?5. Quais são os instrumentos básicos do setor público?6. Que tipo de gastos são os que sofreram um maior crescimento nos últimos anos?7. Enumere e comente os diferentes tipos de impostos segundo sua evolução em relação à renda.	<ol style="list-style-type: none">8. Distinguir os impostos diretos dos indiretos.9. Quais componentes da demanda agregada podem controlar o setor público direta ou indiretamente?10. O que se entende por uma política fiscal expansiva?11. Quando se incorre em déficit público?12. Quais são os estabilizadores automáticos mais significativos?13. Quais são as políticas fiscais mais significativas?14. Que limitações apresentam, na prática, as políticas fiscais discricionárias?

John Maynard Keynes (1883-1946)



J. M. Keynes nasceu na Inglaterra. Seu pai, John Neville Keynes, foi destacado economista e Lógico. Estudou em Cambridge e entre seus professores encontrava-se Marshall.

Keynes foi uma figura importante tanto para o mundo dos negócios como para a vida acadêmica. Foi o maior expoente da delegação do Tesouro Britânico na conferência que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, e também foi chefe da comissão de seu país para a organização do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Em 1936 publicou a Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda. Tomando como base essa obra, edificou-se o sistema de idéias keynesiano.

Introdução a Economia

Os princípios fundamentais da economia keynesiana podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- Ao estudar os determinantes diretos da renda e do emprego, Keynes supôs que existia uma importante inter-relação entre a renda nacional e os níveis de emprego. Os determinantes diretos da renda e do emprego são os gastos com consumo e investimento. O gasto público constitui uma adição ao gasto total, enquanto a carga inflacionária converte-se numa redução da renda corrente e, portanto, em uma potencial dedução do gasto em consumo e investimento.

A situação de *pleno emprego* é só um caso especial; o caso mais geral e característico é o de equilíbrio com desemprego. Quando o gasto em consumo e investimento é insuficiente para manter o pleno emprego, o Estado deve estar disposto a aumentar o fluxo de renda por meio de gastos financeiros por déficit orçamentário. O Estado deve ser um socorro somente utilizado em último caso.

- Um segundo grupo de componentes do sistema keynesiano é constituído pelos determinantes da renda e do emprego, ou os determinantes do gasto em consumo e investimento. Keynes supunha que o consumo está determinado pelo volume da renda; isto é, para cada nível de renda, o gasto em consumo é uma proporção dada da renda, e esta proporção cai quando a renda aumenta.

O nível de consumo varia com a renda, enquanto esta varia, por sua vez, porque o investimento ou o gasto público variam e isso ocorre de forma multiplicativa: se o investimento aumenta em R\$ 2.000,00, a renda aumentará em um múltiplo dessa quantia.

Keynes dizia que o gasto com investimento era determinado pela taxa de juros e pela eficácia marginal do capital ou taxa de retomo esperada sobre o custo dos novos investimentos. A eficácia marginal do capital depende da expectativa diante dos lucros futuros e do preço de oferta dos ativos de capital. Ele definia a taxa de juros como uma recompensa pelo sacrifício da liquidez - isto é, o desejo de manter a riqueza em forma de ativos financeiros líquidos - e da quantidade de dinheiro (dinheiro em circulação mais depósitos). Resumindo, as três influências psicológicas sobre a renda e o emprego são: a propensão ao consumo, o desejo por ativos líquidos e a taxa de retomo esperada dos novos investimentos.

- A terceira tese fundamental de Keynes é a de que o sistema de mercado livre ou *laissez faire* ficou antiquado e que o Estado deve atuar ativamente para fomentar o pleno emprego, forçando a taxa de juros para baixo (também estimulando o investimento) e redistribuindo a renda com o objetivo de estimular os gastos de consumo. Keynes outorga ao Estado um vasto papel para que ele possa estabilizar a economia no nível do pleno emprego.

O FINANCIAMENTO DA ECONOMIA: O DINHEIRO E OS BANCOS

Suponhamos que um indivíduo poupe um milhão de reais - já que ganha dois milhões e só gasta um -, enquanto a empresa tem planos de expansão no valor de dois milhões de reais e só conta com recursos financeiros no valor de um milhão de reais. O normal e desejável seria que o indivíduo depositasse sua poupança numa instituição financeira (um banco comercial ou múltiplo) e que esta emprestasse à empresa, para que ela pudesse realizar seus projetos de investimento.

15.1 O PROCESSO DE FINANCIAMENTO

Para realizar os planos de consumo e de investimento são necessários recursos financeiros. Em algumas ocasiões pode ser que os planos de poupança das famílias e das empresas coincidam com os planos de gasto em bens de consumo e investimento, porém o normal é que não seja assim; os agentes que fazem a poupança não são os mesmos agentes que fazem os planos de investimento; então é conveniente que seja articulado algum mecanismo para transferirem-se recursos financeiros de um agente para outro.

15.1.1 OS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

No processo de financiamento de toda economia aparece um grupo ofertante de recursos financeiros, um outro de demandantes e um conjunto de instituições financeiras que intermediam o processo. Os primeiros são os sujeitos econômicos que, dados sua renda e seu plano de consumo, de poupança e investimento, aparecem com capacidade de financiamento, enquanto os demandantes são aqueles de cujos planos depreende-se uma necessidade de financiamento.

- **Os intermediários financeiros emitem obrigações financeiras (tais como CDB - Certificados de Depósitos Bancários ou Letras de Câmbio) para adquirir fundos do público e posteriormente oferecê-los às empresas e aos indivíduos ou ao setor público.**

O sistema financeiro é constituído pelo conjunto de instituições que intermediam os demandantes e ofertantes de recursos financeiros; os intermediários financeiros brasileiros mais importantes são os bancos comerciais e os bancos múltiplos. O sistema financeiro nasce como resposta a uma demanda de recursos para fins produtivos e de consumo, e está apoiado num esquema institucional que se concretiza numa série de intermediários específicos, como bancos comerciais, financeiras, caixas econômicas etc.

13.1.2 OS SERVIÇOS QUE OS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS OFERECEM

Os intermediários financeiros especializaram-se em atuar "entre" os clientes, que podem agrupar-se em três categorias: pessoas físicas, empresas e setor público. Os principais serviços que oferecem a esses clientes são:

- *Como proprietários*: a possibilidade de guardar seu dinheiro em um lugar seguro e de obter juros pelas poupanças depositadas nas instituições financeiras.
- *Como emprestadores*: oferecem a possibilidade a seus clientes de pedirem emprestado dinheiro para financiar seus gastos, tanto de consumo como de investimento.
- *Como transferidores de dinheiro* (meio de pagamento): oferecem a seus clientes a possibilidade de pagar contas, de obter dinheiro de outros lugares e de transferir dinheiro de uns indivíduos a outros.

Os intermediários financeiros procuram obter lucro e o fazem cobrando pelos serviços que oferecem e emprestando dinheiro a uma taxa de juros mais alta do que a que pagam pelos depósitos que recebem de seus clientes.

15.2 O DINHEIRO

Ainda que o dinheiro seja algo que tenha um papel muito importante na vida cotidiana, muitos teriam dificuldade de responder à pergunta: o que é o dinheiro? A maioria das pessoas responderia 'que o dinheiro é o papel, as moedas e os cheques; essa não seria uma boa resposta, pois, por um lado, o papel e a moeda representam apenas uma pequena parte da oferta de dinheiro realmente existente na economia e, por outro, os cheques não são na realidade dinheiro.

- *Dinheiro* é tudo o que serve como meio de troca, no sentido de que é amplamente aceito como meio de pagamento.

De qualquer modo, a pergunta a formular deveria ser: quais são as funções do dinheiro? Uma vez analisado isso, estaremos em melhores condições para definir o conceito de dinheiro.

15.2.1 AS FUNÇÕES DO DINHEIRO

As funções mais significativas que o dinheiro desenvolve são as três seguintes:

- Meio de troca.
- Unidade de conta.
- Reserva de valor.

O dinheiro é um *meio de troca* geralmente aceito pela coletividade para a realização de transações e de cancelamento de dívidas e que, portanto, como vimos na Seção 3.2, evita a troca direta.

O dinheiro, além de ser um meio de troca, é utilizado também como *unidade de conta*; porque serve para calcular quanto valem bens e serviços.

Além disso, o dinheiro é uma *reserva de valor*, pois por ser um ativo é uma maneira de manter riqueza e, de fato, tanto as famílias como as empresas podem manter parte de seus patrimônios em forma de dinheiro; isto ocorre porque o dinheiro pode ser trocado facilmente por bens e serviços, a qualquer momento. Cabe destacar que o poder de compra do dinheiro, isto é, a quantidade de bens e serviços que pode comprar, varia quando se altera o nível geral de preços. Assim, durante períodos de inflação - isto é, quando os preços aumentam -, o poder de compra do dinheiro diminui.

15.2.2 O DESENVOLVIMENTO DO DINHEIRO: DA PERMUTA À MOEDA

Ao longo da história, os homens utilizaram como meio de pagamento uma grande variedade de objetos e bens que variam desde gado até sal. Os bens utilizados como dinheiro geralmente tinham valor em si e constituíam o que se denomina *dinheiro-mercadoria*.

- **O *dinheiro-mercadoria* é aquele bem que tem o mesmo valor como unidade monetária e como mercadoria.**

De qualquer modo, a mercadoria eleita como dinheiro devia reunir uma série de qualidades que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- **Durabilidade.** As pessoas não aceitariam como dinheiro algo que fosse perecível e se deteriorasse em pouco tempo.
- **Mobilidade.** Se as pessoas têm de transportar grandes quantidades de dinheiro, a mercadoria utilizada deve ter um valor elevado em relação a seu peso, de maneira que possa ser transportada com facilidade.
- **Divisibilidade.** O bem escolhido deve poder subdividir-se em pequenas partes com facilidade e sem perda de valor, de forma que pagamentos pequenos possam ser realizados.
- **Homogeneidade.** Esta propriedade implica que qualquer unidade do bem em questão deve ser exatamente igual às demais, já que, de outra forma, as trocas ficariam difíceis.
- **De oferta limitada.** Qualquer mercadoria que não tenha uma oferta limitada não terá um valor econômico.

TEXTO DE APOIO

O dinheiro e a permuta: começar de novo

O dinheiro

Os principais passos no processo de esvaziamento material do dinheiro como instrumento contábil, que tem poder de compra e de quitação de dívidas, foram as trocas, a moeda metálica, o papel-moeda, o registro nos bancos e finalmente a moeda eletrônica. No final do caminho, isto é, atualmente, encontramos-nos praticamente em uma *sociedade sem dinheiro*, não no sentido estrito da inexistência de meios de pagamento, mas sim no sentido simbólico de que não possuímos mais um instrumento tangível para as trocas. Essa mudança comportará também inexploradas mutações culturais, porque "aos olhos do ávido possuidor de mercadorias, o valor é inseparável da forma e, portanto, o aumento do ouro e da prata guardados representa para ele um aumento de valor", como retratou Marx há 120 anos.

O caso é que os atuais cartões acrílicos, os caixas automáticos e os terminais em pontos-de-venda tornam praticamente possível o automatismo das operações diretas (*on-line*), sem necessidade de papel durante as 24 horas do dia e em qualquer lugar do mundo.

As possibilidades teóricas vão se tornando realidade, porém por meio de uma custosa e difícil mutação informática nos templos do dinheiro: os bancos. O desaparecimento do banco tradicional marcha no compasso do processo de imaterialização do dinheiro e da simplificação/sofisticação dos instrumentos de crédito, e poderá implicar altos custos em termos de emprego, investimento e estabilidade das instituições financeiras.

Porém, o que é mais chocante na atual encruzilhada é que neste mundo futurista, dominado pela informática, quase incompreensível para quem aprendeu a tabuada literalmente com tábuas de multiplicação, e não nas calculadoras de bolso, abre-se passagem novamente a formas anteriores ao passado homérico, à existência da moeda, por mais primitiva que esta tenha sido. Segundo as estimativas estatísticas disponíveis, 30% das operações de comércio internacional realizam-se mediante o sistema de troca, o *escambo* no jargão técnico. Em 1972, somente 12 nações usaram este velho sistema de comércio, enquanto, em 1986, 90 o fizeram.

Fonte: Xabier Vidal Folch. *O dinheiro. Temas da Nuestra Epoca. EJ Pais*, 24 de dezembro de 1987.

Em vista dos requisitos que uma mercadoria deve reunir para ser empregada como dinheiro, não é estranho que tenham sido os metais preciosos, ouro e prata, os que foram utilizados como dinheiro com mais frequência, constituindo o chamado *dinheiro-metálico* (moedas). Em termos de durabilidade, transportabilidade e divisibilidade, os metais preciosos apresentam várias vantagens em relação à maioria das outras mercadorias; além disso, eles inspiram confiança, por possuírem valor elevado.

TEXTO DE APOIO

O papel-moeda: um novo campo para os artistas

A estética do valor

Quando os bancos de Estocolmo, Inglaterra e Escócia, em meados do século XVII, começaram a desempenhar as funções que hoje consideramos bancárias - dando origem ao que hoje é conhecido com o nome de dinheiro ou papel-moeda -, as perspectivas dos artistas que até então haviam sido encarregados dos cunhos e matrizes para a cunhagem das moedas abriram-se enormemente. Ao disporem de um espaço maior que o dos pequenos discos nos quais até então terminava sua criação, e apesar de estarem submetidos a duas dimensões, produziu-se um relançamento da criatividade desses artistas, pois entrava em jogo um novo conceito até então não utilizado: a cor.

Da mesma forma que, em outra série de artes técnicas, os orientais adiantaram-se séculos na invenção do papel-moeda; em relação a nós, já Marco Polo, em suas memórias, descreve-nos com admiração não só a utilidade, mas também a beleza das lâminas de cortiça com firuletes em sua volta e com figuras de dragões, que representavam moedas metálicas.

A abundância de metais preciosos, procedentes das *Américas*, tornou desnecessária na Europa a aparição das notas até o século XVIII. É Carlos III da Espanha quem ordena em 1780 a primeira emissão de *vales reais*, seguida imediatamente por outras, cuja proliferação e conseqüente depreciação provocaram a criação do Banco Nacional de São Carlos.

Essas notas parecem-nos hoje, artisticamente falando, um exemplo claro de ingenuidade criativa, uns simples e belos floreados marcam o texto que assegura ao portador a entrega de *200 reais de bilhão*, *que será pago sempre que for apresentada, desde as dez até a uma da tarde, todos os dias do ano, exceto os festivos*, tudo isso encabeçado pelo escudo do banco, e assinado e numerado à mão.

(*) Antiga moeda espanhola.

Fonte: Eusébio Lucia. *El País*, 24 de dezembro de 1987.

15.2.3 O PAPEL-DINHEIRO

No contexto do mundo ocidental o papel-dinheiro teve sua origem na atividade desenvolvida pelos ourives e comerciantes da Idade Média. Eles dispunham de caixas de segurança, nas quais guardavam seus estoques, que progressivamente foram sendo oferecidos ao público em geral, como serviços de custódia de metais preciosos e demais objetos de valor. O serviço baseava-se na confiança que merecia o ourives ou comerciante, que simplesmente devolvia um recibo, prometendo devolver ao depositante seus pertences quando estes fossem requeridos.

Quando efetuavam uma transação importante, os titulares dos depósitos podiam retirar, mediante a entrega de um recibo, os bens depositados, ou transferir diretamente um

recibo com direito aos referidos bens. Com o decorrer do tempo, estes recibos passaram a ser emitidos ao portador, e as compras e vendas foram sendo saldadas mediante a simples entrega de um papel que certificava a dívida privada reconhecida por um ourives que prometia entregar ao portador uma quantidade determinada de ouro. Esses recibos, isto é, esse papel-dinheiro, eram plenamente conversíveis em ouro.

PAPEL-DINHEIRO NOMINALMENTE CONVERSÍVEL EM OURO

Visto que era mais cômodo realizar as transações com papel, o público não reclamava o ouro a que o *papel-dinheiro* em sua posse lhe dava direito, ou o fazia só parcialmente. Por isso, os ourives começaram a reconhecer dívidas emitindo papel-dinheiro conversível em ouro, porém por um valor superior ao ouro que realmente possuíam.

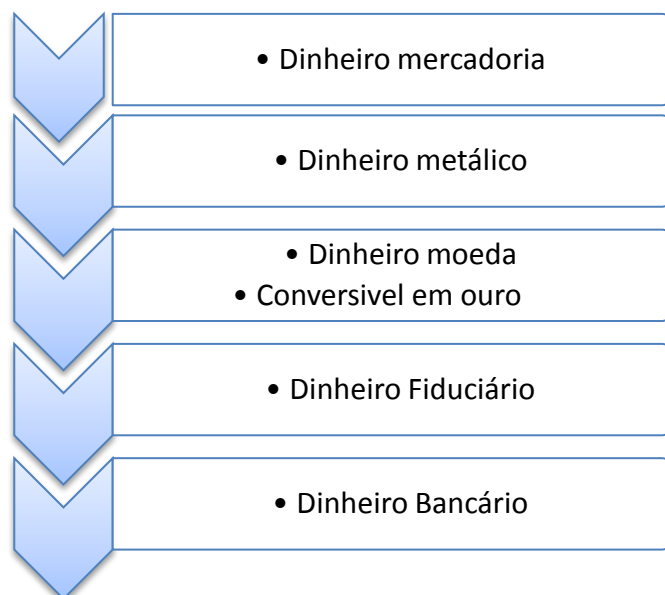
Desta forma, os ourives, ao emitirem papel-dinheiro (empréstimos e certificados de depósitos) por volumes só parcialmente cobertos por suas reservas de ouro, estavam criando o papel-dinheiro *nominalmente* conversível em ouro ou dinheiro fiduciário. Em tais circunstâncias, se quisessem efetivar simultaneamente todas as dívidas feitas com os recibos, não poderiam pagá-las. (Esquema 15.1).

DINHEIRO FIDUCIÁRIO

Atualmente o papel-dinheiro não tem nenhum respaldo em termos de metais preciosos, e o mesmo ocorre com o dinheiro em forma de moeda. O valor do papel-moeda atual baseia-se na confiança que cada indivíduo tem de que ele será aceito como meio de pagamento pelos demais; por isso é denominado dinheiro fiduciário.

O público aceita, porque sabe que todos os demais indivíduos estarão dispostos a trocá-lo por coisas que têm valor intrínseco. Se esta confiança desaparecer, o papel será realmente inútil.

- O *dinheiro fiduciário* baseia-se na confiança que o público tem em poder utilizá-lo como meio de troca geralmente aceito.



Esquema 15.1 Tipos de dinheiro.

15.3 OS BANCOS E O DINHEIRO BANCÁRIO

Nesta seção abordaremos o conceito de dinheiro bancário, os diferentes tipos de depósitos e, finalmente, a definição empírica de dinheiro.

15.3.1 O DINHEIRO BANCÁRIO

Atualmente o trabalho que os ourives realizavam é feito pelos bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras (Quadro 15.1 e Esquema 15. 2), que recebem depósitos de seus clientes e concedem empréstimos às famílias e às empresas.

1. Para facilitar a exposição, quando nos referirmos a essas instituições, nós o faremos geralmente com o termo *bancos*.

Quadro 15.1 Os depósitos do sistema bancário brasileiro.
(% de dezembro de 1999)

Comerciais e Múltiplos Públicos	Comerciais e Múltiplos Privados Nacionais	Comerciais e Múltiplos Estrangeiros
50,59	31,82	16,80

Fonte: Conjuntura Econômica.

O volume dos empréstimos concedidos é superior ao dos depósitos que seus clientes mantêm. A porcentagem de reservas que os bancos mantêm em suas caixas em relação ao total dos depósitos é da ordem de 50%. De qualquer modo, é o Banco Central do Brasil- BACEN (ver Seções 16.1 e 16.3) que fixa a porcentagem que os bancos devem manter como reservas para garantir os depósitos dos clientes.

- **O dinheiro bancário é constituído pelos depósitos nos bancos comerciais, bancos múltiplos e demais instituições financeiras.**

15.3.2 DIVERSOS TIPOS DE DEPÓSITOS

Mesmo que até agora tenha se falado de depósitos de forma genérica, na realidade cabe distinguir três categorias:

- **Depósitos à vista.** São os que gozam de disponibilidade imediata para o titular.
- **Depósitos de poupança.** Admitem praticamente as mesmas operações que os depósitos à vista, só que não dispõem de cheques e têm rendimentos a cada mês de 0,5% mais a correção pela TR do mês.
- **Depósitos a prazo.** São os fundos tomados por um prazo fixo e que não podem ser retirados sem uma penalização.

Além desses depósitos há também outros títulos, tais como letras de câmbio das financeiras e debêntures das empresas de *leasing* (Arrendamento Mercantil).

15.3.3 A DEFINIÇÃO EMPÍRICA DE DINHEIRO

Uma vez expostas as diversas definições do conceito dinheiro, apresentaremos uma visão empírica para ele.

Nos países com um sistema financeiro desenvolvido, o dinheiro e as moedas representam uma pequena parte do total da oferta monetária. Como pode ser observado (Quadro 15.2), os depósitos de bancos representam aproximadamente 4/5 da oferta monetária no Brasil. Com certeza, a maior parte do gasto total é feita mediante transferência de depósitos e o emprego de *cheques*. Seus depósitos não são uma forma visível ou tangível de dinheiro, porém consistem em uma entrada nas contas dos bancos. Atualmente, os cheques materializam-se em forma de registros nas fichas dos computadores dos bancos. Dado que geralmente são aceitos como meios de pagamento, são dinheiro em sentido estrito.

- ***A quantidade de dinheiro ou oferta monetária é igual à soma do efetivo nas mãos do público (dinheiro e moedas) mais os depósitos, e pode ser representada pela letra M.***

Segundo o tipo de depósito que se inclui, há possíveis definições de dinheiro ou de oferta monetária (Quadro 15.2):

- $M_1 = \text{Papel-Moeda em Poder do Público} + \text{Depósitos à Vista}$
 - $M_2 = M_1 + \text{Títulos Federais em Poder do Público} + \text{FAF (Fundos de Aplicação Financeira)} + \text{DER (Depósitos Especiais Remunerados)}$
 - $M_3 = M_2 + \text{Depósitos de Poupança}$
 - $M_4 = M_3 + \text{Títulos Privados (CDB e Letras de Câmbio)}$
2. Um cheque não é dinheiro, mas simplesmente uma ordem a um banco para que ele transfira uma determinada quantia de dinheiro. que estava ali depositada, para outro banco.